



identificação e inclusão de famílias no bolsa escola federal



Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Presidente da República Fernando Henrique Cardoso

Ministro da Educação Paulo Renato Souza

Secretária Executiva Maria Helena Guimarães de Castro

Secretário do Programa Nacional de Bolsa Escola

Antonio Floriano Pereira Pesaro



MINISTÉRIO
DA EDUCAÇÃO



Dezembro, 2002.



IDENTIFICAÇÃO E INCLUSÃO DAS FAMÍLIAS
NO BOLSA ESCOLA FEDERAL

FICHA TÉCNICA

Paulo Renato de Souza
Ministro da Educação

Antonio Floriano Pereira Pesaro
Secretario do Programa Nacional de Bolsa Escola

Coordenação do trabalho:
Elizeu de Oliveira Chaves Júnior
Consultor Geral do Programa Nacional de Bolsa Escola

Apoio institucional:
Paula Giuliano Galeano
Chefe de Gabinete
Valdomiro Luis de Sousa
Coordenador do Projeto UNESCO - SPNBE/MEC

Elaboração:
Antonio Paulo Pinheiro Lima
Carlos Alberto Caetano Peroni
Eduardo Leal Macedo
Elizeu de Oliveira Chaves Júnior
Sérgio Augusto Germano Patto

Realização:
Secretaria Nacional do Programa Nacional de Bolsa Escola

Apoio:
Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO

Dezembro, 2002.

INDEX

APRESENTAÇÃO	7
1. INTRODUÇÃO	8
2. PARÂMETROS DO TRABALHO.....	9
2.1 A focalização no nível municipal em discussão	11
2.2 Papel dos municípios no cadastramento das famílias.....	12
2.3 Parâmetros e princípios metodológicos possíveis para a inclusão de beneficiários no Bolsa Escola Federal.....	12
2.4 Aspectos a serem considerados na identificação e seleção das famílias beneficiárias.....	13
3. DESCRIÇÃO E ANÁLISE DAS EXPERIÊNCIAS	14
ATALAIA DO NORTE - AM	14
CONTAGEM-MG.....	17
JI-PARANÁ-RO	20
JOÃO PESSOA - PB.....	23
PENDÊNCIAS - RN	26
RIO BRANCO-AC.....	29
SALVADOR-BA	31
SANTO AUGUSTO - RS.....	34
VÁRZEA GRANDE - MT	36
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	38
5. ANEXO A - INSTRUMENTO DE PESQUISA.....	39
6. ANEXO B - MUNICÍPIOS.....	44

Apresentação

O sucesso de uma política social depende, dentre outros fatores, da magnitude dos recursos envolvidos na sua execução e, principalmente, do correto emprego desses recursos. Portanto, a seleção dos potenciais beneficiários, ou seja, o foco da política, é elementar para se iniciar a avaliação do grau de eficiência da ação desenvolvida.

A literatura contemporânea de políticas públicas tem se referido a dois modelos básicos de programas sociais no tocante à seleção e abrangência dos beneficiários: programas universais e programas focalizados.

Um programa e uma política pública, para serem universais, devem "materializar um direito para todo o público, ou clientela, a que se destinam". Isso significa que, se um programa tem ação assumidamente limitada, ele não pode ser considerado "universal". Uma política universal deve atingir de fato a maioria avassaladora de um grupo populacional, reduzindo ao máximo critérios ou mecanismos que funcionem como "filtros" para que o direito seja assegurado. '

O Programa Nacional de Renda Mínima Vinculada à Educação - Bolsa Escola está baseado na própria Constituição Federal de 1988, que prevê em seu Art. 205 a educação como "[...] direito de todos e dever do Estado e da família". Já o Art. 214 prevê: "A lei estabelecerá o plano nacional de educação, de duração plurianual, visando à articulação e ao desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis e à integração das ações do poder público que conduzam à: I - erradicação do analfabetismo; II - universalização do atendimento escolar [...]".

Logo, a força do Bolsa Escola Federal reside justamente no fato de ter como condições de participação apenas a faixa etária e a renda familiar e no fato de disponibilizar o benefício para todos os cidadãos —crianças que se enquadram na linha de atendimento. Em outros programas do gênero, seja no nível estadual ou no nível municipal, o gestor, devido às limitadas possibilidades de atendimento, adota critérios detalhados de seleção.

O que se verifica no Bolsa Escola Federal é a possibilidade de se atingir a quase totalidade das crianças e famílias pretendidas com uma abrangência também universal, se utilizado o elemento geográfico como referência. A meta do Programa é beneficiar, até o fim de 2002, cerca de dez milhões de crianças, ou seja, uma em cada três crianças no Ensino Fundamental público.

Todavia, seguindo-se a lógica do Programa, que define os números globais de beneficiários a serem contemplados em nível municipal com base no cruzamento dos censos escolar, PNAD e populacional do IBGE, é necessário adotar procedimentos para a seleção de famílias e crianças que irão compor a lista de beneficiários. Logo, os municípios, respeitando o limite pré-definido pelo Ministério da Educação, têm o papel de identificar as famílias e crianças a serem beneficiadas.

A proposta do presente trabalho foi identificar e pesquisar exemplos bem-sucedidos de localização da população-alvo do Programa - casos exitosos de focalização - e de cadastramento utilizados pelos municípios após a adesão ao Bolsa Escola Federal. Exemplos que demonstram o empenho dos municípios - em identificar a população mais necessitada em cada município brasileiro - grandes parceiros que viabilizaram a implantação do Programa no País.

Antonio Floriano Pereira Pesaro *Secretário do
Programa Nacional de Bolsa Escola*

1. INTRODUÇÃO

Fruto do Acordo de Cooperação com a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura - UNESCO e o Ministério da Educação - MEC, por intermédio da Secretaria do Programa Nacional de Bolsa Escola, o presente trabalho teve por objetivo criar um banco de experiências relevantes em matéria de focalização, partindo de estudos qualitativos sobre experiências bem-sucedidas e visitas aos municípios com vistas a avaliar o processo utilizado e a metodologia de localização da população-alvo potencial do Programa. Seguindo esse enfoque, realizaram-se as seguintes ações:

- análise dos modelos mais bem-sucedidos de focalização e cadastramento nos municípios;
- análise das metodologias utilizadas no processo de cadastramento;
- criação de elementos comparativos entre as diferentes experiências analisadas.

Para que a identificação de experiências de focalização do Programa Nacional de Bolsa Escola ocorresse de maneira ainda mais eficaz, foram planejadas ações a fim de levantar, verificar e analisar o processo de cadastramento das famílias nessas localidades. O questionário qualitativo permitiu identificar pontos-chave do cadastramento feito pelos municípios, o que, por sua vez, irá possibilitar, futuramente, uma atuação mais eficiente de outros municípios nos processos de atualização cadastral.

O trabalho se baseou na identificação e análise, de forma geo-referenciada, de experiências bem-sucedidas de focalização nos municípios.

Devido às limitações orçamentárias e de tempo, a pesquisa se desenvolveu de forma bem específica. Selecionou-se pelo menos um município por região (Sul, Sudeste, Centro-Oeste, Nordeste e Norte), a fim de possibilitar a identificação de variáveis geoculturais que pudessem dar ao Programa um panorama mais bem detalhado da diversidade de experiências no vasto universo dos municípios brasileiros.

Elizeu de Oliveira Chaves Júnior
CONSULTOR GERAL DO PROGRAMA NACIONAL
DE BOLSA ESCOLA

Municípios visitados:

Região Sul

Santo Augusto (RS)

Região Sudeste

Contagem (MG)

Região Centro-Oeste

Várzea Grande (MT)

Região Nordeste

Pendências (RN)

Salvador (BA)

João Pessoa (PB)

Região Norte

Atalaia do Norte (AM)

Rio Branco (AC) Ji-

Paraná (RO) .

2. PARÂMETROS DO TRABALHO

Uma política calcada em critérios de focalização deve definir parâmetros pormenorizados para atingir o segmento populacional desejado. Diferentes razões podem fazer com que uma política seja definida como focalizada, principalmente possíveis limitações orçamentárias, que fazem com que o número de beneficiados seja restrito às possibilidades de atendimento.

Entretanto, não há uma contradição entre universalização e focalização, sendo possível a adoção simultânea e combinada desses dois modos de conceber e implementar políticas públicas na área social.

A Lei nº 10.219/01, que cria o Programa Nacional de Renda Mínima Vinculada à Educação - Bolsa Escola destaca a importância de uma série de atores sociais para a implantação do programa e suas responsabilidades, em especial o município, que tem como uma de suas responsabilidades centrais a seleção e o cadastramento das famílias a serem beneficiadas.

Seguindo a ideia de universalização, a seleção das famílias que participam do Programa obedece aos seguintes critérios:

- comprovação de residência no município;
- renda familiar mensal per capita inferior a R\$ 90,00;
- ter filhos e/ou dependentes com idade entre seis e quinze anos matriculados e freqüentando o Ensino Fundamental.

A implantação do Bolsa Escola Federal se deu de forma descentralizada, cabendo a cada município definir e proceder a forma de realizar o cadastramento de beneficiários. Não se definiu um critério detalhado para aferição de renda no nível nacional, uma vez que tal critério poderia, aplicado a diferentes realidades, gerar erros na identificação de potenciais beneficiários.

Dentre os critérios gerais apontados, o de renda per capita é tido como significativo para que a focalização seja feita, já que demonstra ser relevante nos seguintes aspectos:

- é uma forma tradicional de se identificar os segmentos mais vulneráveis da população;
- representa um parâmetro para os municípios poderem efetuar o processo de cadastramento;
- é uma variável concreta para as avaliações de efetividade e efeito social do Programa;
- pode referenciar processos de apuração de denúncia, controle e auditoria.

Vários estudos sobre programas de transferência de renda no país demonstram que nem sempre o público-alvo desejado está sendo realmente atingido, apontando a necessidade de se considerarem diferentes aspectos, e não só a renda, a fim de que se focalize a parcela mais carente da população. A ampliação do conceito de renda para a identificação de públicos prioritários passa necessariamente pela consideração de variadas condições socioeconômicas, e se justifica nas seguintes constatações:

- a estruturação do mercado de trabalho faz com que grande parte da renda das populações mais carentes não seja facilmente verificável;
- as disparidades regionais existentes no País hoje fazem com que o conceito de renda mínima varie em cada região;
- o conceito de núcleo familiar é bastante complexo e variável na realidade brasileira;
- É difícil distinguir "os mais pobres dentre os pobres".

A responsabilidade de selecionar as famílias e consolidar o cadastro municipal, como destaca a lei de criação do PNBE, é da prefeitura do município.

As estimativas de bolsas para cada município foram calculadas com base em estatísticas nacionais, a partir de cruzamentos dos dados censitários e pesquisas por amostragem de domicílios - PNAD do IBGE e o censo escolar do INEP. Obteve-se, como fruto desse cruzamento, o número em cada município brasileiro de crianças na faixa de 6 a 15 anos matriculadas no Ensino Funda-

mental que vivem em famílias com renda per capita inferior a R\$ 90,00.

Os municípios, por sua vez, devem realizar o cadastramento respeitando a estimativa de bolsas calculada para a sua localidade. Nos casos em que não se superar o excedente de 5%, o Ministério da Educação pode, de acordo com a Lei nº 10.219, excluir, em ordem decrescente de renda familiar per capita, as famílias que ultrapassem a meta do município.

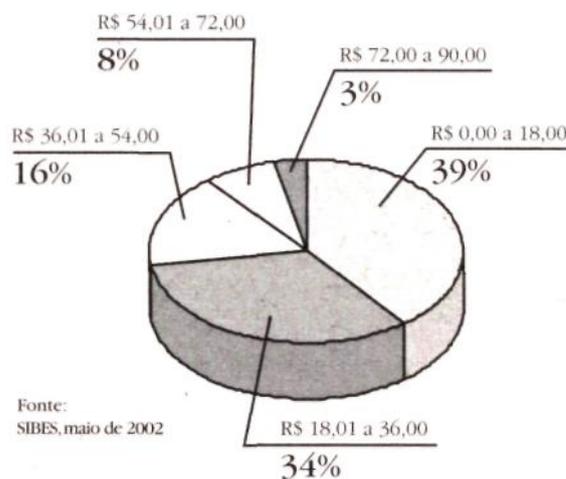
Dados dos beneficiários do programa, extraídos do cadastro nacional de beneficiários do Bolsa Escola Federal, permitem inferir que há uma boa focalização no Programa, uma vez que, apesar de ser considerado uma política universal, possui parâmetros específicos que estão sendo verificados na seleção de famílias.

A figura 1 ilustra as faixas de renda das famílias beneficiadas pelo Programa. Obviamente, como a informação no processo de cadastramento é declaratória, há uma possibilidade de mudança e redução do valor para fins de inclusão no Programa. Mesmo assim, as informações merecem ser amplamente consideradas, pois, mesmo com possíveis margens de erro, representam o universo de atendimento do Programa. Ademais, vários municípios empreenderam práticas interessantes de seleção, contribuindo para que os dados sejam mais coerentes com a realidade. Mesmo assim, algumas questões precisam ser respondidas.

1. Quais foram os instrumentos utilizados para a aferição de renda e a identificação da população-alvo no município?
2. Foram utilizados critérios além da renda, como: contexto do núcleo familiar, verificação de trabalho infantil, condições de vida da família, habitação, padrões de consumo, acesso a bens e serviços públicos, existência de portadores de necessidades especiais etc.
3. O método utilizado foi adequado à conjuntura dos municípios e à infra-estrutura disponível na localidade?
4. O método foi capaz de identificar a população mais carente?

FIGURA 1

CRIANÇAS BENEFICIADAS POR FAIXAS DE RENDA PER CAPITA FAMILIAR



De acordo com a figura 1, a grande maioria dos beneficiários, ou seja, cerca de 73% das famílias beneficiárias do Bolsa Escola Federal, está situada na faixa de R\$ 0,00 a R\$ 36,00, o que, ressaltando-se o fato já mencionado de o cadastro ser constituído de informações declaratorias, aponta, de uma forma geral, para uma focalização bem-sucedida executada nos municípios.

O cadastro do Programa, apesar de ser bem amplo e genérico, uma vez que foi idealizado para cadastrar cerca de 5,7 milhões de famílias, possui alguns elementos que podem ser úteis ao município no processo de cadastramento:

- idade dos responsáveis (102);
- situação no mercado de trabalho (142);
- distorção idade-série das crianças (202 a 227);
- idade das crianças cadastradas (202);
- número de membros da família (141).

Finalmente, um ponto importante do regulamento do Programa, previsto na Lei nº 10.219/01, é a avaliação, que deve ser feita pelo Conselho de Controle Social - CCS e pela Secretaria do Programa Nacional de Bolsa Escola - SPNBE.

O Conselho de Controle Social tem a responsabilidade de avaliar a execução do Programa em âmbito municipal, enquanto

a SPNBE tem a responsabilidade de avaliar o Programa no âmbito federal.

No contexto da avaliação do Bolsa Escola Federal, pode-se, de uma forma geral, -dividir a avaliação em três eixos analíticos:

- impactos sociais;
- operacionalização;
- focalização.

2.1 A FOCALIZAÇÃO NO NÍVEL MUNICIPAL EM DISCUSSÃO

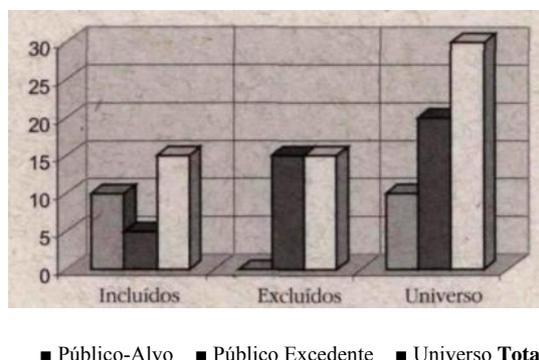
A focalização não serve meramente como critério que avalia em que medida o Programa está atendendo ao público-alvo pretendido. Ela permite também mensurar o quanto não se atendeu do público-alvo desejado e se o atendimento ao público foi feito fora do espectro ideal. Logo, uma avaliação do grau de focalização de um determinado programa, no caso o Bolsa Escola Federal, permite, sob o prisma da identificação de públicos prioritários identificar graus de erro e acerto.

Diferentes situações possíveis no processo de cadastramento podem apontar para uma alta focalização ou para uma baixa focalização em cada município durante a implantação do Programa.

As representações gráficas apresentadas a seguir retratam as diferentes situações possíveis no processo de cadastramento.

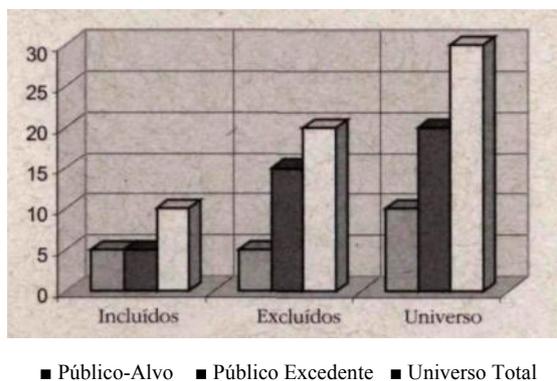
Na figura 1, observa-se que é importante para a otimização e eficiência de um programa não só a inclusão do seu público-alvo, como foi dito anteriormente, mas também a limitação de margens de atendimento que possam fazer com que estratos não identificados como prioritários não sejam excessivamente incluídos.

FIGURA 1
CENÁRIO 1: MÉDIO GRAU DE FOCALIZAÇÃO



Afinal, ao observar a coluna de incluídos, identifica-se que, apesar de todo o universo do público-alvo estar incluído e, portanto, sendo beneficiado, temos o equivalente a 50% do público-alvo sendo beneficiado indevidamente.

FIGURA 2
CENÁRIO 2: BAIXO GRAU DE FOCALIZAÇÃO

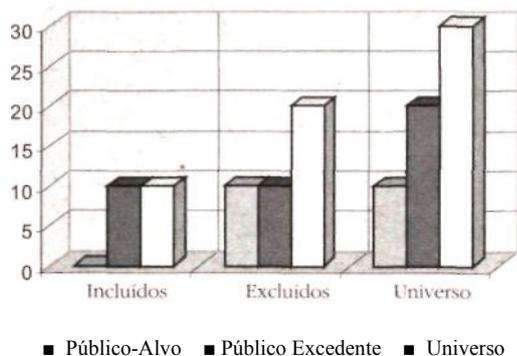


O cenário 2, apresentado na figura 2, aponta uma situação em que o público excedente é mais incluído que o público-alvo do Programa. Nesse tipo de constatação, fica evidente que nas diferentes condições o público-alvo foi subestimado, ao passo que o público excedente compõe de forma sistemática o universo de atendimento do Programa.

A figura 3 retrata o pior cenário, no qual fica explícito que não existiu nenhuma forma de focalização. Dessa maneira, para se obter uma boa focalização, a exclusão do público não desejado é muito importante, mesmo que isso signifique o não preen-

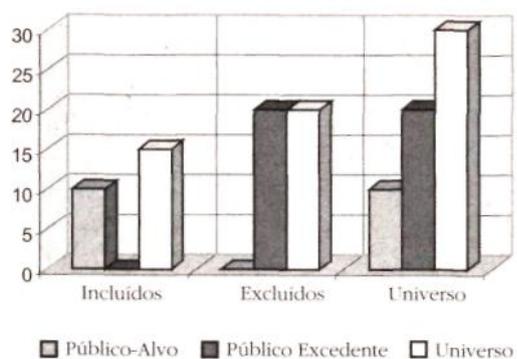
chimento total da capacidade do Programa, como representado abaixo.

FIGURA 3
CENÁRIO 3: BAIXO GRAU DE FOCALIZAÇÃO



A figura 4 demonstra um alto grau de focalização, uma vez que o público-alvo foi incluído no espectro de atendimento do Programa e o público excedente, além de ter sido detectado, não fez parte das margens de focalização.

FIGURA 4
CENÁRIO 4: ALTO GRAU DE FOCALIZAÇÃO



Essa análise deve levar em conta que o cálculo das estimativas de cada município foi feito com base em estatísticas nacionais e possui como todas as estatísticas margens de erro. A focalização representa, assim, uma oportunidade de mensurar, minimizar ou corrigir, quando possível, esse erro.

Dessa forma, para realizar a avaliação 'de focalização do Programa, pode-se fazer duas análises: a primeira consiste em medir o grau de focalização e a segunda, em identificar como foi feito o cadastramento do público-alvo.

Sendo assim, a fase de cadastramento realizada pelos municípios constitui uma das partes primárias do estudo e avaliação da focalização.

Para tanto, torna-se necessária a identificação e análise de metodologias, estratégias e processos de identificação e a averiguação e seleção das famílias utilizadas pelos municípios, enquanto responsáveis pelo cadastramento.

2.2 PAPEL DOS MUNICÍPIOS NO CADASTRAMENTO DAS FAMÍLIAS

Utilizando a Lei nº 10.219, de 11 de abril de 2001, como ponto de partida, pode-se identificar e definir os agentes envolvidos no processo de cadastramento e suas competências. Por estar baseado na norma, o cadastramento é, de certa forma, padrão, o que significa que é possível haver desvios, mas que estes não podem fugir do que já está delimitado.

O perfil dos beneficiários, o valor do benefício e a forma como este é repassado para as famílias, os requisitos para a adesão do município ao Programa e a contrapartida do mesmo e das famílias beneficiárias, além da forma e atribuições do Conselho de Controle Social, estão previstos na Lei nº 10.219/01 e no Decreto nº 3.823/01.

É importante ressaltar que a lei serve como norteadora e reguladora, mas não como uma forma rígida de se pautar o cadastramento, visto que está sujeita a diferentes interpretações. É é nessa linha que segue a análise das estratégias, modelos e metodologias a serem identificadas no trabalho de focalização.

2.3 PARÂMETROS E PRINCÍPIOS METODOLÓGICOS POSSÍVEIS PARA A INCLUSÃO DE BENEFICIÁRIOS NO BOLSA ESCOLA FEDERAL

De acordo com a Lei nº 10.219, de 11 de abril de 2001, e com o Decreto nº 3.823, de 28 de maio de 2001, que definem os parâmetros para a inclusão de famílias e municípios no Programa, cada município fez adequações, às vezes significativas, às vezes mínimas, para melhor realizar o processo de cadastramento das famílias que estão sendo beneficiadas pelo Bolsa Escola Federal. Dessa maneira, há uma variedade enorme de

metodologias e modelos que foram empregados. Baseados na lei, os prefeitos, responsáveis pelo cadastramento, poderiam fazer adequações como:

- 1) realizar pesquisa qualitativa para averiguar os índices de pobreza;
- 2) ranqueamento das famílias utilizando diferentes referenciais, além do conceito de renda;
- 3) utilização de cadastros feitos recentemente para outros programas sociais, seja para programas estaduais, seja para programas federais;
- 4) sistema de pontuação geo-referenciada;
- 5) entrevistas domiciliares do tipo survey e desenvolvimento de sistemas de pesos;
- 6) "Auto-focalização"/cadastramento centralizado.

2.4 ASPECTOS A SEREM CONSIDERADOS NA IDENTIFICAÇÃO E SELEÇÃO DAS FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS.

O cadastramento no Programa Nacional de Bolsa Escola é um trabalho conjunto realizado, principalmente, pelo município e pelas famílias que desejam ser beneficiadas pelo Bolsa Escola Federal. O primeiro passo, que é de competência do município, consiste no estímulo, divulgação e capacidade de organizar a mobilização gerada anteriormente.

Sendo a mobilização para o cadastramento necessária para a identificação do público-alvo, é possível identificar duas prováveis causas para a existência de famílias que, segundo a norma, possuem o direito de se cadastrar, mas que não tenham sido beneficiadas: falta de vagas ou erro no processo de cadastramento.

Um fenômeno que não se configura como metodologia formal de focalização, mas que contribuiu em grande escala para a delimitação do público-alvo do programa, verificado nos estudos realizados, nos permite definir um conceito comprovado na prática municipal: o Controle Solidário.

CONTROLE SOLIDÁRIO

Consiste no conceito de que todos os atores envolvidos em uma política pública exercem um controle e um acompanhamento sobre os demais atores, não só indivíduos, mas também atores institucionais. Esse controle pode ser realizado por meio de sanções positivas ou negativas, ou seja, inibidoras ou incentiva-

doras de comportamento ou atitudes. Pode ser exercido de forma organizada e explícita quando feita por atores institucionais, ou pode ser exercido de forma espontânea e implícita quando feita por atores individuais. Ele acaba por ser tornar uma comunhão de atitudes e de sentimentos em busca de uma unidade sólida capaz de resistir ou superar pressões sofridas pelos atores, desenvolvendo entre eles um senso de responsabilidade e interdependência influenciado por seus sentimentos e anseios.

O sucesso da estratégia de focalização depende intrinsecamente da forma como foi feito o cadastramento, pois nas extremidades desse processo encontram-se, de um lado, o plano de focalização, com suas leis, decretos e planos agregados, e do outro, o cadastramento em si, ou seja, a execução do que foi planejado e normatizado anteriormente.

Se a estratégia utilizada pelo município foi a de cadastrar todas as famílias que preenchiam os requisitos do Programa (renda e faixa etária das crianças matriculadas na escola), partindo da escola como o espaço geográfico para a identificação, esse é outro exemplo onde é possível ter ocorrido um desvio na focalização.

Assim como o processo de cadastramento, a metodologia para a aferição de renda utilizada é importante para determinar o nível de confiabilidade dos dados no cadastro municipal. Possíveis visitas nos bairros e regiões declaradas como residência servem como uma forma de averiguação dessa renda. Seguindo esse raciocínio, mostra-se de grande valia para os municípios e para o próprio PNBE realizar constantemente a identificação de boas práticas em matéria de focalização.

3. DESCRIÇÃO E ANÁLISE DAS EXPERIÊNCIAS

ATALAIA DO NORTE -AM

ÓRGÃO RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA: Secretaria Municipal de Educação e Secretaria de Ação Social

NÚMERO DE FAMÍLIAS BENEFICIADAS: 385

DATA DE ADESÃO AO PROGRAMA: 29/06/2001

META DO MUNICÍPIO: 528

Nº DE FAMÍLIAS BENEFICIADAS NO PERÍODO DE CADASTRAMENTO: 385

DATA DE CUMPRIMENTO DA META:

NÚMERO DE CRIANÇAS NO ENSINO FUNDAMENTAL: 3.127

ÍNDICE MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO HUMANO - IDH-M: 0,440

NÚMERO DE HABITANTES DO MUNICÍPIO: 10.049

TELEFONE PARA CONTATO: (97) 417-1166

METODOLOGIA

O município de Atalaia do Norte utilizou três metodologias diferentes para identificar e selecionar as famílias beneficiárias no município:

- base de dados do município (1º momento);
- aferição indireta de renda (2º momento);
- visitas domiciliares.

O município teve uma peculiaridade na gestão de seu processo de cadastramento, pois contou com dois momentos diferentes.

A Secretaria Municipal de Ação Social esteve à frente no primeiro momento e identificou e selecionou os beneficiários utilizando informações de um programa municipal da própria Secretaria como base inicial de dados.

No segundo momento, o Programa passou a ser gerido pela Secretaria Municipal de Educação, e esta realizou aferição indireta de renda como metodologia para identificar e selecionar os beneficiários.

Ambas as secretarias utilizaram a visita domiciliar como metodologia para complementar a respectiva metodologia escolhida, mesmo que com finalidades diferentes.

A Secretaria Municipal de Ação Social fez uso da visita domiciliar para comprovar a necessidade e o enquadramento nos critérios, enquanto a Secretaria Municipal de Educação

fez uso da visita domiciliar para averiguar e aferir a renda do potencial beneficiário e assim poder ordenar as famílias em uma escala do mais carente para o menos carente.

PROCESSO DE CADASTRAMENTO

Para melhor entender os processos de cadastramento do município de Atalaia do Norte, é necessário descrever sua realidade e as dificuldades enfrentadas pelos gestores, principalmente no que diz respeito à locomoção.

O município de Atalaia do Norte tem uma área igual a 76.355 km². Para se ter uma idéia, isso corresponde a uma área maior que os estados do Rio de Janeiro e Alagoas juntos, com a peculiaridade de não possuir nenhuma ou quase nenhuma malha rodoviária para interligar os 10.049 habitantes que vivem espalhados pelas comunidades, sendo o transporte quase totalmente feito pelos rios da região.

O município tem uma baixa densidade demográfica e mais da metade da população reside esparsa pela área do município em comunidades ribeirinhas. A restante habita a chamada "sede", onde está presente a prefeitura municipal e toda a estrutura institucional do município.

Devido à presença de dois momentos institucionais distintos, a descrição do processo de cadastramento será dividida em duas partes. É importante ressaltar que o

segundo momento não excluiu os beneficiários incluídos no Programa no primeiro momento, somente completou as vagas restantes.

1º MOMENTO - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL

A secretaria, utilizando o cadastro de um programa municipal, realizou visitas domiciliares aproveitando funcionários da própria secretaria.

O cruzamento e a digitação dos dados também foram realizados pelos próprios funcionários da secretaria.

2º MOMENTO - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

No segundo momento do cadastramento, restava ainda metade das vagas a serem preenchidas. Para completar essas vagas restantes, foi utilizada uma nova estratégia operacional.

A secretaria, em parceria com ongs e associações como a Pastoral da Criança e o Fórum de Desenvolvimento Local (Comunidade Ativa), montou equipes para realizar as visitas domiciliares, principalmente nas comunidades distantes da sede.

Essas visitas procuraram realizar o que não foi feito no primeiro momento, ou seja, visitas às comunidades ribeirinhas. A ação da Secretaria Municipal de Educação na sede do município contou com divulgação dos critérios e da abertura de vagas para o Programa por intermédio do "carro volante" (cano com um auto-falante que circula em toda a sede do município).

IDENTIFICAÇÃO E SOLUÇÃO DE PROBLEMAS

O principal problema enfrentado pelo município consiste nas grandes distâncias a serem percorridas. Algumas comunidades estão a 18 dias de viagem (ida e volta) da sede, sendo que o meio de transporte possível são as voadeiras (pequenos barcos com motores que variam de 40 a 70 HP). A solução encontrada para o problema de distância foi a formação de um grupo que percorreu as comunidades resolvendo todas as suas pendências, como tratamento odontológico para a população. Junto com esse grupo estavam presentes responsáveis pelo cadastramento de famílias elegíveis para o Bolsa Escola Federal.

A grande distância do município não é uma dificuldade apenas dos gestores, mas

afeta de forma mais acentuada a própria população. Para se ter uma idéia, uma viagem de voadeira custa em média R\$15,00 se o barco estiver com sua lotação completa. Assim, o gasto que uma pessoa tem para ir à sede (único lugar para retirada do benefício) chega a ser igual ao valor recebido. Para minimizar esse problema, a prefeitura aluga constantemente pequenos barcos, que transportam grupos de beneficiários até a sede para que possam sacar normalmente o benefício.

Por ser um município onde, de maneira geral, a população se conhece, um problema aparente encontra solução em um mecanismo social que denominamos anteriormente, o Controle Solidário. Em casos de irregularidade, a própria comunidade regula, pois há famílias e crianças que podem receber o benefício e que desempenham o papel de zelar pela preservação da regra. Há relatos de casos onde mães procuraram os gestores do Programa para fazer denúncias de procedimentos errados na seleção de "falsos elegíveis" e solicitaram a correção do procedimento.

A seleção de beneficiários foi feita seguindo uma dinâmica na qual a própria população participava do processo seletivo, informando sobre distorções e vizinhos que deveriam ser priorizados.

Esse ingrediente, apesar de aparentemente carecer de maior solidez metodológica, foi extremamente importante para que os dados disponíveis e a seleção dos gestores municipais fosse efetivamente validada.

ANÁLISE FINAL

Atalaia do Norte é um município com características bem distintas da grande maioria dos municípios brasileiros, pois além de possuir uma área enorme, faz fronteira com o Peru, o que torna a região ainda mais peculiar. O destaque principal que deve ser dado a Atalaia, não que diz respeito à focalização do Bolsa Escola Federal e ao cadastramento das famílias é principalmente, a superação das barreiras físicas, ou seja, o engajamento da prefeitura local com a comunidade visando beneficiar a parte da população mais carente do município.

O engajamento e trabalho conjunto de três

secretarias municipais também favorece a focalização do Programa, bem como do processo de cadastramento. O trabalho de cadastramento em Atalaia do Norte ainda não terminou, visto que existe a preocupação de incluir a população indígena entre os beneficiários Bolsa Escola Federal. Tal fato ainda não ocorreu devido à falta de documentos reconhecidos pelo Programa para que as famílias sejam cadastradas, o que tem merecido atenção especial de gestores municipais e da própria SPNBE para que o obstáculo não impeça que o benefício atinja essa parcela especial da população brasileira.

CONTAGEM - MG

ÓRGÃO RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA: Secretaria Municipal de Educação

NÚMERO DE FAMÍLIAS BENEFICIADAS: 11.001

DATA DE ADESÃO AO PROGRAMA: 29/10/2001

META DO MUNICÍPIO: 11.283

Nº DE FAMÍLIAS BENEFICIADAS NO PERÍODO DE CADASTRAMENTO: 22.000

DATA DE CUMPRIMENTO DA META: NOVEMBRO/2001 -

NÚMERO DE CRIANÇAS NO ENSINO FUNDAMENTAL: 102.098

ÍNDICE MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO HUMANO - IDH-M: 0,750

NÚMERO DE HABITANTES DO MUNICÍPIO: 538.017

TELEFONE PARA CONTATO: (3D 3352-5417

METODOLOGIA

No município de Contagem, o processo de construção da metodologia de identificação do público-alvo pode ser dividido em duas partes.

A primeira parte consistiu na distribuição das bolsas proporcionalmente às necessidades socioeconômicas de cada região, tomando como unidade referencial a escola. Seguindo essa lógica, foi designado pela Secretaria Municipal de Educação a cada escola, fosse ela municipal ou estadual, um número-base de bolsas.

Para melhor entender a definição da metodologia utilizada pelo município no processo de cadastramento, faz-se necessário explicar como é organizada a Secretaria Municipal de Educação de Contagem.

A Secretaria, seguindo um modelo de descentralização, dividiu o município de Contagem em quatro regiões, cada qual monitorada por um Núcleo Administrativo Pedagógico - NAP.

O NAP tem como função acompanhar e assessorar as unidades escolares pertencentes a sua região, reunindo as informações administrativas, pedagógicas e sociais de cada unidade de ensino sob sua responsabilidade, a fim de manter a Secretaria de Educação informada sobre a realidade socioeducativa do município.

com base nas informações do NAP, foi confeccionado um Quadro Geral do Número de Bolsas por Escola Municipal e Estadual (*vide anexo*) com informações como: número de alunos por escola; estimativa de alunos beneficiados; estimativa de famílias beneficiadas;

famílias atendidas e porcentagem de alunos beneficiados - que consistia exatamente no número-base de bolsas designado a escola.

A definição do "número de bolsas para cada escola foi realizada com base nas informações e na realidade constatadas pelos trabalhos de acompanhamento realizados pelos NAPs.

Em acréscimo, identifica-se também a presença no trabalho de um importante elemento auxiliar, o Controle Solidário exercido pelos atores envolvidos no processo. Os NAPs prestaram as informações necessárias para a identificação e a classificação das escolas por ordem de necessidade socioeconômica e as escolas atestaram os dados, possibilitando sua realocação e propondo a redistribuição das bolsas quando necessário. A Secretaria Municipal de Educação propiciou um amplo debate entre os dois atores subordinados, favorecendo a cooperação mútua e realizando as devidas modificações.

A segunda parte da metodologia consistiu na confecção de um cadastro próprio, com critérios adicionais ao do Cadastro Bolsa Escola Federal (*vide anexo*).

Estes critérios adicionais tiveram como função possibilitar a identificação, dentre as famílias carentes cadastradas, das que teriam maior necessidade de inclusão no programa.

Os critérios de seleção, seguiram a seguinte ordem de identificação e desempate abaixo:

1. renda per capita;
2. número de dependentes abaixo de 15 anos;

3. mãe solteira - sim/não;
4. responsável idoso - sim/não;
5. deficiente na família - sim/não.

Além desses critérios, o cadastro permitia que fossem utilizados filtros complementares de identificação e desempate, tais como condições de habitação (alugada, cedida, própria - iniciada, paralisada, concluída - madeira, adobe, alvenaria) e posse de bens de consumo que possibilitavam aferir indiretamente a renda *per capita* da família.

PROCESSO DE CADASTRAMENTO

O processo de cadastramento foi dividido em quatro etapas. A primeira etapa consistiu na definição e construção da metodologia utilizada (descrita no tópico Metodologia). A segunda etapa iniciou-se logo após a confecção do cadastro, e consistiu na capacitação da equipe responsável pelo cadastramento. Essa equipe foi integrada por 250 pessoas, na maioria funcionários administrativos das escolas (secretários, diretores etc), em média três por escola.

As equipes foram divididas em turmas de trinta a quarenta pessoas por turno e a capacitação durou em média 4 horas, divididas em:

- 1 hora e meia sobre o Programa;
- 1 hora e meia sobre, o formulário de cadastro;
- 1 hora para dúvidas.

Na capacitação, procurou-se orientar as equipes sobre como deveria ser feita a abordagem e o tratamento com o público. Essa etapa durou uma semana para ser finalizada.

A terceira etapa consistiu na divulgação do Programa Bolsa Escola Federal para os potenciais beneficiários. Teve como objetivos informar a população sobre os critérios do Programa, conscientizar da necessidade e da importância do mesmo e comunicar a respeito dos documentos necessários a serem levados no ato do cadastramento.

Essa divulgação foi realizada por meio de comunicados aos pais por meio das crianças (*vide anexo*). Em alguns bairros, essa divulgação foi reforçada pelas rádios comunitárias. A quarta e última etapa do cadastramento pode ser

dividida em seis partes explicitadas a seguir.

1. Envio dos kits de cadastramento para as escolas - composto por formulários e etiquetas de identificação das escolas.
2. Preenchimento do cadastro - cada escola teve autonomia para organizar como seria feito o atendimento, hora marcada, senhas etc.
3. Pré-seleção - cada escola deveria realizar uma pré-seleção ordenando os cadastros de acordo com os critérios definidos na metodologia.
4. Conferência dos dados cadastrais - essa etapa teve como objetivo identificar possíveis erros de preenchimento e de atestar a pré-seleção realizada pelas escolas.
5. Retorno ao nº 2 - corrigiu os erros de preenchimento para evitar a não-inclusão de um possível beneficiário em função de erro no cadastro.
6. Confirmação e entrega de malote - após a confirmação, os cadastros eram entregues à Caixa Econômica Federal, para serem digitados e enviados à Secretaria do Programa Nacional de Bolsa Escola.

IDENTIFICAÇÃO E SOLUÇÃO DE PROBLEMAS

O principal problema destacado pela Secretaria Municipal de Educação de Contagem durante o processo de cadastramento foi o atraso ou até mesmo a falta de informação relativa ao procedimento nos casos de exclusão e substituição, o que ocasionou impasse em determinados momentos.

O relacionamento com o agente operador suscitou alguns problemas. Segundo a Secretaria Municipal de Educação, esses problemas poderiam ser solucionados com a definição clara dos papéis de cada ator e a designação de um funcionário específico e capacitado para atender às dúvidas da Secretaria e dos beneficiários do programa.

Outro problema identificado foi a dificuldade de comprovação das informações declaradas pelos beneficiários no momento do cadastramento, o que foi solucionado por algumas escolas por meio de visitas.

Essas visitas só foram possíveis devido a uma parceria entre a escola e a Pontifícia Universidade Católica de Minas, que forneceu

estagiários do curso de Assistência Social para as visitas *in loco*. Além disso, para investigar as denúncias de cadastramento indevido, criou-se no âmbito do Conselho de Controle Social do Programa uma comissão específica para averiguar as denúncias.

Algumas escolas identificaram dificuldades, tais como locomoção das famílias para a escola na hora marcada para o cadastramento e problemas no momento da divulgação, causados principalmente pela não-compreensão dos critérios do programa.

Esses problemas foram solucionados com atendimento em horários alternativos e promoção de teatros de fantoches para orientar os pais numa linguagem mais simples e interessante, além da reprodução de guias de orientação para os pais.

A Secretaria Municipal de Educação encontrou problemas de relacionamento com a Secretaria Estadual de Educação na fase de capacitação das equipes para o cadastramento, devido à não-liberação de funcionários das escolas estaduais. Esse problema foi solucionado em grande parte pela disposição demonstrada pelos diretores das Escolas Estaduais e pelo relacionamento cooperativo entre estas e a Secretaria Municipal de Educação.

ANÁLISE FINAL

O município de Contagem deve ser destacado de forma positiva pela preocupação em montar uma metodologia adequada à sua região, mas principalmente pela iniciativa de descentralizar a operação.

Segundo a Secretaria Municipal de Educação, 70% do trabalho foram feitos nas escolas, e o restante, na Secretaria. Isso possibilitou não só uma dinamização do processo (que durou em torno de 3 meses) como uma menor carga de trabalho. A Secretaria pôde se dedicar à seleção e à conferência dos cadastros.

Isso gerou um baixo número de duplos cadastramentos, quantificado em menos de 2% e considerado baixo em relação ao tamanho do município e ao número de cadastros realizados. A grande maioria dos duplos cadastramentos foi identificada pelos diretores das escolas, e o restante, pelo Sistema Bolsa Escola -SIBES da Caixa, sendo posteriormente corrigido.

A preocupação na construção de critérios adicionais e complementares e a descentralização podem ser consideradas como as principais características do processo de cadastramento realizado em Contagem.

JI-PARANÁ - RO

ÓRGÃO RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA: Secretaria Municipal de Educação

NÚMERO DE FAMÍLIAS BENEFICIADAS: 2.939

DATA DE ADESÃO AO PROGRAMA: 29/06/2001

META DO MUNICÍPIO: 2,497

Nº DE FAMÍLIAS BENEFICIADAS NO PERÍODO DE CADASTRAMENTO: 2.409

DATA DE CUMPRIMENTO DA META: 30/07/2001

NÚMERO DE CRIANÇAS NO ENSINO FUNDAMENTAL: 25917

ÍNDICE MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO HUMANO - IDH-M: 0,657

NÚMERO DE HABITANTES DO MUNICÍPIO: 106.800

TELEFONE PARA CONTATO: (69) 416-4132

METODOLOGIA

O município de Ji-Paraná utilizou duas metodologias distintas para identificar e selecionar os beneficiários do Bolsa Escola Federal: a aplicação de um pré-cadastro e a autofocalização. A autofocalização consistiu em ampla divulgação dos critérios de acesso ao Programa, das contrapartidas, das datas e do local de cadastramento, de maneira a permitir que a necessidade e o interesse em participar do Programa facilitasse a identificação dos beneficiários.

Essas duas metodologias foram utilizadas simultaneamente, porém, em zonas diferentes. A aplicação do pré-cadastro foi utilizado nas escolas da zona rural, enquanto a autofocalização foi direcionada para as escolas da zona urbana do município.

A decisão de utilizar a aplicação do pré-cadastro nas escolas da zona rural pelos diretores se baseou no entendimento de que a distância poderia prejudicar as famílias rurais a serem incluídas, aumentando as chances de famílias com direito ao benefício não terem acesso a ele por dificuldade de locomoção ao local de cadastramento: a Secretaria Municipal de Educação.

O pré-cadastro foi aplicado nas escolas junto às famílias com maior carência e, após a conferência e ordenamento por renda, realizados pelos diretores, os mesmos seguiram para a Secretaria Municipal de Educação, onde se procedeu ao cadastramento no Programa. O controle feito pelos diretores baseou-se principalmente no contato próximo que os diretores das escolas têm com seus "clientes",

conhecendo onde moram e em quais condições.

A autofocalização foi direcionada para a zona urbana, pelo entendimento de que os potenciais beneficiários localizados nessa zona teriam maior facilidade de locomoção e assim não seriam prejudicados.

uma vez que a demanda gerada pela divulgação não poderia ser restringida nem controlada, o critério inicial de seleção dos candidatos ao programa era o de tempo de resposta à autofocalização no prazo estabelecido. Os cadastros dos candidatos, portanto, eram preenchidos e selecionados a partir dos critérios do programa. Na data seguinte à prevista para o cadastramento procedia-se da mesma forma, utilizando como preferência somente a ordem de chegada, é que assim verificava-se um maior interesse e necessidade do próprio cliente.

PROCESSO DE CADASTRAMENTO

O município de Ji-Paraná, por utilizar metodologias específicas para as zonas rural e urbana, necessitou, na primeira fase do processo de cadastramento, operacionalizar de duas formas.

Pode-se dividir o processo de cadastramento de uma forma didática em cinco etapas, a citar:

1. divulgação;
2. pré-cadastro (simultâneo à divulgação);
3. cadastramento;
4. conferência e homologação dos cadastros;
5. digitação e envio.

como a metodologia de autofocalização demanda grande esforço para divulgar os

critérios e as condicionalidades do programa, esta etapa foi cumprida concomitantemente ao pré-cadastro, procedendo e utilizando os meios de comunicação locais, como jornais, rádios e televisão.

Na divulgação constava à orientação para que os interessados comparecessem à Secretaria Municipal de Educação com os documentos necessários para o cadastramento.

Procurou-se conscientizar a população da importância do Programa e da necessidade de beneficiar preferencialmente as pessoas com maior necessidade. No local de cadastramento existiam voluntários e funcionários da equipe de cadastramento, que procuravam reforçar esse trabalho de conscientização, enquanto os candidatos esperavam atendimento.

Ao mesmo tempo, as escolas da zona rural procediam à aplicação do pré-cadastro, comunicando e informando os potenciais beneficiários para comparecerem à escola.

uma vez realizados o preenchimento do pré-cadastro e a comprovação do enquadramento do beneficiário nos critérios do programa, efetuava-se o cadastramento na própria escola.

Os cadastros das escolas da zona rural eram enviados para a Secretaria Municipal de Educação, para serem agrupados ao da zona urbana, preenchidos durante a etapa de cadastramento.

Encerrada a etapa de cadastramento e reunidos os cadastros de ambas zonas rural e urbana, teve início a fase de conferência e homologação dos cadastros realizada na Secretaria Municipal de Educação pelo Conselho de Controle Social do Programa.

O Conselho participou diretamente na conferência das informações presentes nos cadastros e procedia, em casos de dúvidas ou denúncia, visita domiciliar, para assim poder homologar e dar seqüência ao processo.

Após serem conferidos e homologados, os cadastros eram digitados, em grande parte com o auxílio de voluntários e funcionários cedidos de outras secretarias municipais, e enviados para a Secretaria do Programa Nacional de Bolsa Escola.

IDENTIFICAÇÃO E SOLUÇÃO DE PROBLEMAS

Os principais problemas identificados se concentraram na fase de cadastramento descrita no tópico anterior.

A divulgação maciça do programa gerou um demanda maior do que a esperada pela Secretaria Municipal de Educação, o que ocasionou a formação de uma filas extensas em frente à Secretaria. Durante toda a etapa, as pessoas chegavam muito cedo e permaneciam até o encerramento dos trabalhos.

Para solucionar esse problema, a Secretaria adotou a estratégia de distribuir senhas para os excedentes ao limite da previsão de atendimento do dia. O Controle Solidário também auxiliou na diminuição da demanda, uma vez que intimidou a presença de pessoas que não se enquadravam no critérios do Programa.

A falta de informação acerca do Programa foi também identificada como um problema, uma vez que o agente operador, segundo os gestores municipais, não possuía informação em tempo hábil. Neste sentido, em vários momentos, a Secretaria Municipal de Educação utilizou a Internet para obter as informações necessárias.

ANÁLISE FINAL

O processo de cadastramento de Ji-Paraná pode ser destacado de forma positiva pelo baixo custo e pela preocupação em diferenciar dois públicos vulneráveis com realidades distintas no município, os moradores de zona rural e os de zona urbana.

A escolha da metodologia de autofocalização, aliada à subestimação de sua demanda, gerou o tumulto ocorrido. Desse modo, o problema não está na escolha da metodologia, mas na estratégia para atender ao público de maneira centralizada.

A escolha da metodologia incentivou a população a uma maior participação social para auxiliar a Secretaria nos trabalhos e também oportunizou o Controle Solidário. A presença de uma mãe beneficiária como membro no Conselho de Controle Social e a conscientização demonstrada pelos habitantes do município (não só denunciando possíveis irregularidades, mas também evitando pleitear uma vaga no Programa dando preferência aos mais vulneráveis) ressaltou pontos positivos da eficiência da metodologia.

JOÃO PESSOA - PB

ÓRGÃO RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA: Secretaria Municipal de Educação
 NÚMERO DE FAMÍLIAS BENEFICIADAS: 18.992
 DATA DE ADESÃO AO PROGRAMA: 31/07/2001
 META DO MUNICÍPIO: 19.000
 N° DE FAMÍLIAS BENEFICIADAS NO PERÍODO DE CADASTRAMENTO: 18.992
 DATA DE CUMPRIMENTO DA META:- —
 NÚMERO DE CRIANÇAS NO ENSINO FUNDAMENTAL: 133-663
 ÍNDICE MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO HUMANO - IDH-M: 0,767
 NÚMERO DE HABITANTES DO MUNICÍPIO: 597.934
 TELEFONE PARA CONTATO: (83) 241-8202

METODOLOGIA

O principal critério para a seleção de beneficiários para o Programa Nacional de Bolsa Escola no município de João Pessoa foi a renda, a qual foi aferida a partir de informações obtidas junto a potenciais beneficiários. Outros aspectos que auxiliaram na localização da população-alvo foram a observação quanto à apresentação dos indivíduos (vestimentas, higiene pessoal) e o fato de o cadastramento ter sido realizado apenas em bairros pobres (geo-referenciamento). A ordem de inscrição também norteou a seleção dos beneficiários, pois esse aspecto foi considerado como fator diretamente proporcional à carência da família.

Por se tratar de um município de grande porte, não foi possível fazer uma averiguação dos cadastros a partir do conhecimento prévio dos potenciais beneficiários, como se observou em vários municípios de menor porte. Dessa maneira, adotaram-se, além dos critérios mencionados acima, o número de integrantes da família e a completude dos dados.

A Secretaria de Assistência Social possui números relativos à pobreza no município, mas esses dados não foram consultados para a seleção dos beneficiários. As coordenadoras do Programa queixaram-se da ausência de tempo disponível para efetivar uma localização mais minuciosa da população-alvo. Os prazos curtos e o grande número de habitantes não permitiram a realização de entrevistas mais acuradas ou visitas domiciliares.

A despeito das dificuldades, as coordenadoras do Programa acreditam que a

metodologia empregada tenha auxiliado muito na identificação da população-alvo. A justificativa para tal advem do fato de o cadastramento ter sido realizado nos bairros mais pobres do município e contando com a presença das diretoras das escolas (que possuem uma certa noção do grau de carência de sua clientela), o que inibiu a possível má-fé por parte de candidatos a beneficiários que não correspondessem aos critérios do Bolsa Escola Federal.

PROCESSO DE CADASTRAMENTO

I

O órgão responsável pelo cadastramento dos beneficiários do PNBE foi a Secretaria Municipal de Educação, contando com o auxílio das escolas, do Conselho de Controle Social, dos Centros de Cidadania e dos Centros de Juventude.

O cadastramento e a seleção de beneficiários duraram aproximadamente três meses, e as coordenadoras sinalizaram problemas quanto à falta de formulários de inscrição. O custo, segundo o Secretário de Educação, é muito difícil de ser estimado, pois refere-se à somatória de inúmeros pequenos gastos que não foram contabilizados. Em relação à quantidade de funcionários envolvidos, estima-se que cem pessoas (da prefeitura e das escolas) trabalharam diretamente no cadastramento e na seleção dos beneficiários.

A etapa de divulgação obteve atenção especial da prefeitura, que produziu diversos materiais informativos, propagandas de rádio e televisão, comunicados via escola e anúncios em jornais. O objetivo era informar a natureza

do Programa, quem poderia participar, como participar, quando se inscrever, quais seriam os documentos necessários e os locais de inscrição.

A prefeitura de João Pessoa disponibilizou 17 locais de inscrição no Programa, além das escolas locais, de maneira a prevenir o excesso de filas e proporcionar o melhor atendimento possível aos candidatos a beneficiários do PNBE. Estes locais de inscrição eram aconselhados para famílias que possuíam filhos em duas ou mais escolas diferentes.

Quanto à documentação necessária, considerou-se que, à exceção de uma pequena quantidade de casos, os documentos foram apresentados de maneira satisfatória.

Vale citar que, a respeito do controle de frequência dos alunos do Bolsa Escola, o município de João Pessoa conta com um efetivo sistema de acompanhamento, o que lhes permite avaliar o progresso da manutenção das crianças em sala de aula. Esse progresso não pôde ser formalmente demonstrado, nesse documento, porque ainda não foi calculada em termos percentuais, a frequência dos alunos antes e depois do Bolsa Escola Federal.

IDENTIFICAÇÃO DE PROBLEMAS

Segundo as coordenadoras do Programa, houve aproximadamente, em um primeiro momento, cem duplos cadastramentos, os quais foram devidamente identificados pelo sistema SIBES.

Quanto à quantidade de vagas destinadas ao município, o Secretário de Educação afirmou serem insuficientes. Afinal, de 27.000 indivíduos cadastrados e pertencentes à população-alvo, apenas 19.000 puderam ser contemplados.

Foi apontada como dificuldade para a seleção de beneficiários a fluidez da verificação de renda - porque contentou-se com o relato dos próprios candidatos.

Em relação ao agente operador, foi sinalizado que os funcionários da Caixa no município tiveram dificuldade para lidar com o alto volume de trabalho no início da execução do Programa. As coordenadoras precisaram assumir algumas funções para que os prazos pudessem ser cumpridos.

ANÁLISE FINAL

O processo de cadastramento e seleção de beneficiários do município de João Pessoa, como pôde ser constatado, foi prejudicado pela grande quantidade de candidatos a beneficiários e pela urgência dos prazos estipulados. Tomando-se como base a ampla estrutura que foi montada para o Programa e a dedicação e sistematização da Secretaria de Educação e equipe, é inegável que o município executou o que lhes cabia de maneira exemplar. Todavia, é impossível identificar precisamente a população-alvo do Programa num município com porte de capital de estado, no curto espaço de tempo designado.

Guardando-se as devidas proporções, pode-se tomar como exemplo o caso do Progreso, do México, que, para localizar minuciosamente (como é desejável) a população-alvo do Programa, demandou um período aproximado de dois anos. É claro que o Bolsa Escola Federal foi alcunhado de "programa campeão", entre outros aspectos pela rapidez com que foi implantado nos municípios da Federação. Daí, a necessidade de contar com a dedicação dos gestores municipais. Entretanto, sugere-se que os prazos sejam definidos pelo município, de acordo com o porte, de maneira a eliminar a incoerência de exigir, **num** mesmo intervalo de tempo, que municípios com 10.000 ou 200.000 habitantes, por exemplo, enviem os dados cadastrais dos candidatos a beneficiários.

No próprio município de João Pessoa se observa-se um fato que comprova a pertinência desta sugestão. Antes do Bolsa Escola Federal, o município já possuía uma versão municipal do Programa (*os fluxogramas de ambos podem ser conferidos em anexo*). Para identificar a população-alvo do Bolsa Escola Municipal, foi executado um cuidadoso geo-referenciamento, o que permitiu localizar com mais precisão a parcela mais carente das população.

Em entrevista com o Secretário de Educação, que esteve à frente de ambos os programas, obtiveram-se relevantes recomendações referentes ao cadastramento e à seleção de beneficiários. Primeiramente, destacou-se a importância de divulgar e esclarecer com antecedência a natureza, o propósito e os

critérios do Programa, fazendo uso de veículos de comunicação eficientes.

Em seguida, é preciso dispor de um espaço organizado e bem estruturado onde será coordenado o Programa. Para ocupar esse espaço, precisa-se designar e qualificar uma equipe capaz de conduzir os procedimentos do Programa e lidar com eventuais problemas, de maneira a conceder um atendimento personalizado à população. •

Também é recomendável, se possível, obter informações habitacionais constantemente atualizadas dos beneficiários, como CEP e endereço, de maneira a facilitar a comunicação entre a coordenação do Programa e o corpo de beneficiários.

Por fim, sugere-se em municípios grandes como João Pessoa que, para melhor identificar a população-alvo, sejam realizadas, após o cadastramento, visitas domiciliares por amostragem para verificar as reais condições das famílias, antes que os cadastros sejam enviados à Secretaria do Programa Nacional de Bolsa Escola. Essa sugestão é deveras relevante, porque cria condições de aumentar a qualidade da seleção de famílias a despeito da carência de tempo, já que as visitas domiciliares seriam realizadas por amostragem.

PENDÊNCIAS - RN

ÓRGÃO RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA: Secretaria Municipal de Educação

NÚMERO DE FAMÍLIAS BENEFICIADAS: 730

DATA DE ADESÃO AO PROGRAMA: 26/06/2001

META DO MUNICÍPIO: 735

Nº DE FAMÍLIAS BENEFICIADAS NO PERÍODO DE CADASTRAMENTO: 735

DATA DE CUMPRIMENTO DA META: AGO/2001

NÚMERO DE CRIANÇAS NO ENSINO FUNDAMENTAL: 2.843

ÍNDICE MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO HUMANO - IDH-M: 0,379

NÚMERO DE HABITANTES DO MUNICÍPIO: 11.401

TELEFONE PARA CONTATO: (84) 522-2296

METODOLOGIA

O principal critério para a seleção das famílias beneficiárias no município de Pendências foi a renda, além do local de moradia. A renda foi aferida a partir dos relatos das mães: somavam-se os rendimentos das pessoas acima de 16 anos e dividia-se de acordo com o número de pessoas da família. com esses valores foi realizado um "ranqueamento" por faixas de renda, começando a partir dos casos de ausência de renda e chegando até os R\$ 90,00 mensais *per capita*, respeitando-se intervalos de R\$ 15,00.

O "ranqueamento" e a seleção das famílias foi realizado sob a coordenação do Conselho de Controle Social do PNBE. Os integrantes do Conselho, que fazem parte da Pastoral da Criança, orientaram a seleção de famílias (nos casos de equivalência de renda), a partir de um trabalho anterior, realizado por essa entidade, no qual foram realizadas visitas domiciliares e avaliadas as condições ambientais, nutricionais e de saúde dessas famílias. Também foi levada em consideração, para a seleção as condições aparentes das pessoas que se cadastravam.

Não havia no município indicadores formais de pobreza. Os integrantes da Secretaria de Educação tinham noção da pobreza no município a partir de entrevistas com diretoras das escolas e por conhecerem grande parte dos habitantes.

De acordo com a percepção dos membros da Secretaria Municipal de Educação, a metodologia utilizada cooperou muito para a correta identificação do público-alvo do

Programa e para conhecimento sobre a população pobre do município.

PROCESSO DE CADASTRAMENTO

Os órgãos responsáveis pelo cadastramento dos beneficiários do PNBE foram a Secretaria Municipal de Educação e as Escolas. Todos os funcionários da Secretaria Municipal de Educação foram acionados, num total de dez pessoas, e houve disponibilização de transporte para que o cadastramento pudesse ser realizado agilmente.

O cadastramento foi efetuado no ginásio de esportes do município, seguindo uma divisão por escolas. Houve distribuição de fichas para organizar as filas, dispuseram-se cadeiras e ofereceu-se um lanche às mães. Todas as diretoras e as mães foram avisadas com antecedência a respeito do dia e do horário correspondente a cada escola. Esse aviso foi um dos meios de divulgação do PNBE, que contou ainda com propagandas de rádio, comunicados via escola, carros de som, cartazes, faixas e visitas domiciliares.

O processo de seleção e cadastramento de beneficiários durou aproximadamente dois meses, com um custo para a prefeitura que a Secretaria de Educação não foi capaz de estimar. O gasto foi referente a material gráfico, lanches (oferecidos às mães no cadastramento), transporte, evento para a entrega de cartões e ornamentação.

As famílias apresentaram, de maneira geral, documentação insuficiente. Muitos pais precisaram registrar seus filhos para poderem se cadastrar no PNBE.

O município conta com indicadores de frequência escolar e realiza, periodicamente, verificações nos próprios diários dos professores. A partir dessa verificação, são concedidas informações e orientações aos pais dos alunos infreqüentes.

IDENTIFICAÇÃO DE PROBLEMAS

Existiram, no município, alguns poucos casos de duplo cadastramento, referentes a pessoas que se cadastraram em dois municípios ou no PETI e Bolsa Escola Federal - programas que não podem ser compartilhados pela mesma família. Esses casos foram identificados pelo próprio sistema SIBES.

uma dificuldade especial encontrada no município ao longo do cadastramento foi a descrença de algumas famílias quanto à veracidade do Programa. A população só se mobilizou de maneira maciça quando os primeiros pagamentos foram efetuados. Esse problema fez com que várias famílias não fossem contempladas, pois quando nelas foi despertado o interesse de participar do Programa, as vagas já estavam preenchidas.

Outro problema identificado relaciona-se às pessoas que migram para Pendências em busca de vagas, sem saber que o município já cumpriu sua meta de famílias. Existem atualmente cerca de 150 famílias que correspondem aos estipulados pelo PNBE, mas não podem participar do Programa por falta de vagas. Há, inclusive, casos de crianças que abandonaram a escola, porque não foram contempladas pelo Programa.

Quanto ao agente operador, foi assinalado pelos membros da Secretaria Municipal de Educação que a Caixa concedeu um ótimo atendimento ao, público e aos coordenadores do Programa. Entretanto, foram constatados problemas de cartões desmagnetizados ou que não chegaram ao município. Houve também muitas dúvidas referentes ao uso do Cartão Cidadão.

ANÁLISE FINAL

O município de Pendências merece destaque positivo no que se refere à seleção e ao cadastramento de beneficiários do Programa Nacional de Bolsa Escola por diversas razões. Pôde-se perceber, ao longo da investigação, que a organização e o cuidado para com a população balizou todo o processo de cadastramento realizado pela Secretaria Municipal de Educação e pelas escolas.

Em um trabalho prévio anterior ao cadastramento, a Secretaria de Educação mobilizou-se de maneira a preparar os formulários, designar os passos a serem seguidos, formar uma equipe, fazer contato com os pais e divulgar o programa em todo o município.

A idéia de dividir o cadastramento por escola e por dia tornou o trabalho mais fácil e ágil. Afinal, as filas foram menores e pôde-se oferecer um melhor atendimento à população.

Infelizmente, uma parcela da população de baixa renda não foi contemplada, devido à descrença no Programa. Esse fenômeno se deu a despeito do esforço da prefeitura em divulgar o Programa e as datas em que seria efetuado o cadastramento. Apesar desse fato, conclui-se que a localização da população-alvo do Programa no município ocorreu de maneira satisfatória, principalmente devido ao zelo com que o processo de seleção foi conduzido pelos membros do Conselho de Controle Social. Deve-se destacar que a intervenção dos membros que já haviam participado de visitas domiciliares pela Pastoral da Criança foi decisiva, pois, além do critério da renda, pôde-se realizar uma seleção baseada nas informações sobre nutrição e moradia dos candidatos a beneficiários.

Alguns aspectos periféricos podem ser citados como dignos de elogios, como o atendimento personalizado e a estrutura que se preparou para receber os potenciais beneficiários. Também é importante ressaltar que a Caixa (Agência Macau) desempenhou um papel fundamental em todo o processo, disponibilizando seus funcionários inclusive em horários não comerciais.

De maneira geral, pode-se dizer que a maneira com a qual a Secretaria Municipal de Educação do município de Pendências conduziu

o Programa Nacional de Bolsa Escola, desde a seleção de beneficiários até o pagamento dos benefícios, é exemplar. Não se pode deixar de mencionar o afinho da Secretária de Educação e sua equipe, no acompanhamento da vida escolar dos alunos e da participação dos responsáveis, fiscalizando os diários dos professores e realizando reuniões a cada bimestre em todas as escolas, com vistas ao aumento da frequência e do rendimento escolar dos alunos.

RIO BRANCO - AC

ÓRGÃO RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA: Secretaria Municipal de Educação
 TÍTULO DO RESPONSÁVEL: Coordenadora de Bolsa Escola
 NÚMERO DE FAMÍLIAS BENEFICIADAS: 9.181
 DATA DE ADESÃO AO PROGRAMA: 28/09/2001
 META DO MUNICÍPIO: 8.805
 N° DE FAMÍLIAS BENEFICIADAS NO PERÍODO DE CADASTRAMENTO: 9181
 DATA DE CUMPRIMENTO DA META: 10/09/2001
 NÚMERO DE CRIANÇAS NO ENSINO FUNDAMENTAL: 61.251
 ÍNDICE MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO HUMANO - IDH-M: 0,722
 NÚMERO DE HABITANTES DO MUNICÍPIO: 253-059
 TELEFONE PARA CONTATO: (68) 223-4448

METODOLOGIA

A Secretaria de Educação de Rio Branco, órgão responsável pelo Bolsa Escola Federal no município, utilizou uma metodologia com diferenciais interessantes. Todos os anos, ao fazer a matrícula do(s) filho(s) na escola, os pais preenchem uma ficha que contém, entre outras informações, a quantidade de pessoas que constituem a família e a renda de cada um, o que possibilita o cálculo da renda *per capita* da família. Este método, utilizado antes mesmo da implantação de programas de renda mínima vinculado à educação, é extremamente válido, pois minimiza a possibilidade de falsa informação, além de servir como base de dados sobre a pobreza no município.

como o município já possuía esses dados, cada diretor de escola, municipais e estaduais, ficou encarregado de separar as fichas dos alunos de acordo com a renda *per capita* da família, construindo um *ranqueamento* para a seleção de famílias.

Outros dois critérios foram utilizados durante o processo de seleção das famílias: a situação dos responsáveis no mercado de trabalho e a idade da criança - famílias que possuíam mais de três filhos dentro dos parâmetros foram aconselhadas a inscrever os filhos mais novos, pois estes poderiam receber o benefício por mais tempo. Os pais sempre foram lembrados da importância de manter a frequência do aluno acima de 85% por mês, pois além de ser um critério do Programa, a frequência alta foi definida como a chave para um melhor desempenho do aluno na absorção de conhecimento.

PROCESSO DE CADASTRAMENTO

Para realizar o processo de cadastramento dos beneficiários do Bolsa Escola Federal, a Secretaria Municipal de Educação contou com o apoio de todas as escolas, tanto municipais quanto estaduais, que fizeram a seleção das fichas de matrícula segundo os critérios já mencionados. A sociedade civil organizada também colaborou com o processo, por meio das associações de moradores, que ajudaram a localizar as famílias nos bairros e localidades mais isoladas.

Por ter sido um trabalho criterioso, o processo de cadastramento das famílias que estão sendo beneficiadas levou cerca de quatro meses. A divulgação incluiu propagandas via televisão e rádio, além de *folders* e cartas para os pais, informando datas e parâmetros para a seleção e instruções de como proceder no dia do cadastramento.

Em relação aos documentos apresentados pelas famílias, grande parte delas possuía apenas a certidão de nascimento, tanto dos filhos quanto dos pais. Tal fato fez com que a Secretaria Municipal de Educação entrasse em contato com cartórios e órgãos afins, para promover a emissão de documento de identidade para aqueles interessados em adquiri-los.

Ainda com relação ao cadastramento, é importante citar que os dados foram comparados com dados do IBGE, para efeito de validação. Afinal, se houvesse uma diferença significativa, seria possível fazer correções e identificar possíveis problemas, mas o fato é que os dados coletados durante a matrícula foram coerentes com os do IBGE.

A comparação serviu como parâmetro para o município dar prosseguimento ao processo de cadastramento.

Para concluir todo o trabalho de cadastramento nos quase quatro meses previstos para este fim, a Secretaria Municipal de Educação contratou 47 funcionários para realizar o cadastramento e 10 digitadores, além de contar com a equipe da própria Secretaria. A grande maioria dos funcionários contratados morava nos bairros onde o cadastramento ocorreu, havendo maior facilidade de localização das famílias, já que Rio Branco possui nessas regiões mais pobres ruas não numeradas e de difícil acesso.

IDENTIFICAÇÃO E SOLUÇÃO DE PROBLEMAS

Em Rio Branco, houve 121 casos de duplo cadastramento. Os primeiros foram identificados pelo sistema da Caixa e a maioria restante foi identificada por uma verificação interna feita pela equipe responsável pelo Programa. Vários destes casos não seriam identificados pelo sistema, pois as fichas possuíam diferenças de digitação, mas diziam respeito às mesmas crianças, mas a checagem dos dados por parte do município possibilitou a correção do procedimento.

Além dos casos de duplo cadastramento, Rio Branco teve problemas como as grandes distâncias dentro do município - há localidades onde é necessário uma viagem de cinco horas de carro para chegar e, na época de chuva, o acesso é ainda mais limitado, devido à condição precária das estradas. Esse problema foi minimizado com a contratação de pessoas das localidades para realizar o cadastramento. O agente operador também apresentou alguns problemas durante o processo de cadastramento. O antigo sistema do PGRM também apresentava dificuldades para os gestores municipais. Atualmente, a Coordenadora do Programa no município de Rio Branco faz elogios ao novo sistema, pois segundo ela apresenta menos erros do que o antecessor. Na Secretaria Municipal de Educação, é consenso que os representantes do agente operador para fins de Bolsa Escola Federal têm sido muito solícitos e prestativos, apesar dos ruídos gerados pelo sistema.

De acordo com os dados coletados e revisados, há em Rio Branco 1,261 famílias cadastradas que não estão recebendo o benefício, apesar de se enquadrarem nos parâmetros estabelecidos pela Secretaria do Programa Nacional de Bolsa Escola. Isto se deve ao fato de o município ter atingido sua meta.

ANÁLISE FINAL

O trabalho de focalização e cadastramento realizado pelo município de Rio Branco deve ser destacado positivamente por vários fatores. A aferição de renda das famílias já constar no ato de matrícula facilita de antemão a identificação de possíveis beneficiários; o estabelecimento de critérios que priorizam as famílias mais pobres e em pior situação socioeconômica também merece destaque, pois respeitando-se os parâmetros nacionais, é possível estabelecer critérios locais detalhados, que identifiquem da melhor maneira possível as pessoas que devem ser beneficiadas.

Rio Branco possui mérito pelas atitudes frente aos problemas apresentados. A forma criativa e imediata de resolvê-los é fruto da dedicação da equipe, que além de ter atuado para o realizar o cadastramento do Bolsa Escola Federal, ajudou no cadastramento de outros programas de renda mínima, tanto do Governo Federal quanto do Estadual. O trabalho lá realizado indica o comprometimento com a diminuição da evasão escolar e aumento da frequência, além da melhoria na qualidade de ensino. A implementação bem-sucedida do Bolsa Escola Federal é um dos fatores que, provavelmente, vem ajudando a melhorar os índices de frequência no Ensino Fundamental. Somando-se a isso o trabalho dos professores e diretores sob a orientação da Secretaria Municipal de Educação, o resultado vem se demonstrando satisfatório, seguindo um ritmo crescente de melhoria nos quesitos acima citados.

SALVADOR - BA

ÓRGÃO RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA: Secretaria Municipal de Educação
 TÍTULO DO RESPONSÁVEL: Coordenadora de ações sócio-educativas
 NÚMERO DE FAMÍLIAS BENEFICIADAS: 87.000
 DATA DE ADESÃO AO PROGRAMA: 26/07/2001
 META DO MUNICÍPIO: 85.000
 N° DE FAMÍLIAS BENEFICIADAS NO PERÍODO DE CADASTRAMENTO: 87.000
 DATA DE CUMPRIMENTO DA META: 30/09/2001
 NÚMERO DE CRIANÇAS NO ENSINO FUNDAMENTAL: 520.918
 ÍNDICE MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO HUMANO - IDH-M: 0,793
 TELEFONE PARA CONTATO: (71) 357-8501

METODOLOGIA

O município de Salvador realizou o cadastramento das famílias a partir das escolas municipais e estaduais ali localizadas. As 247 escolas da rede municipal de ensino estão situadas em áreas carentes, muitas das quais nos chamados "bolsões de pobreza". uma vez na escola, a equipe da Secretaria Municipal de Educação orientou as pessoas que fizeram o cadastramento sobre os procedimentos e os parâmetros para que uma família fosse incluída no programa - renda *per capita* inferior a R\$ 90,00 e ter um filho matriculado no Ensino Fundamental com idade entre 6 e 15 anos, ressaltando que cada família poderia receber no máximo três benefícios, um para cada criança dentro dos parâmetros apresentados.

O geo-referenciamento realizado levou em conta que mesmo as escolas situadas em bairros mais abastados possuem alunos que vivem em áreas carentes e se encaixam no perfil dos beneficiários do Bolsa Escola Federal.

O município possui informações sobre pobreza, mas não estão reunidas em um único banco de dados. Estão distribuídas pelas secretarias municipais, de acordo com a área de atuação de cada uma. A Secretaria Municipal de Educação utilizou alguns dados de outras secretarias para fazer uma comparação randômica com o depoimento das mães - efetuado para fazer o cadastramento - e os dados preexistentes.

De acordo com a percepção das coordenadoras do Programa, a metodologia utilizada ajudou muito para a identificação do público-alvo do Bolsa Escola Federal.

PROCESSO DE CADASTRAMENTO

O órgão responsável pelo cadastramento dos beneficiários do Bolsa Escola Federal foi a Secretaria Municipal de Educação, que teve sob sua chancela a missão de coordenar as ações das escolas municipais e estaduais que auxiliaram no processo.

Por envolver escolas estaduais, o cadastramento contou também com a ajuda da Secretaria Estadual de Educação, que entrou com apoio logístico. Em acréscimo, o município recebeu o apoio do Conselho de Controle Social.

Para mobilizar as famílias mais pobres, a Secretaria Municipal de Educação contou com propagandas televisivas, vinculadas em nível nacional, com propagandas de rádio e com comunicados via escola - todos os pais receberam uma carta contendo informações básicas sobre o programa e as datas de cadastramento.

Cada escola dividiu os dias de cadastramento por turmas, de maneira a não intrometer as aulas e a evitar filas excessivas. Durante o processo de cadastramento, as equipes municipais fizeram perguntas referentes à renda das famílias para selecioná-las de acordo com a lei. como essa aferição de renda foi realizada nas escolas, muitos dos responsáveis pelo cadastramento conheciam as famílias, o que ajudou a manter a fidedignidade dos parâmetros. Um aspecto interessante do ponto de vista operacional é que, com raríssimas exceções, todas as famílias levaram a documentação necessária (ou mesmo além daquela que foi exigida).

Salvador possui ainda muitas famílias que poderiam estar participando do programa,

mas que não estão por dois motivos principais: por ser um município muito grande e, mesmo possuindo um índice de Desenvolvimento Humano - IDH considerado como médio (0,793), existe um número muito elevado de famílias que tem como renda menos de R\$ 90,00 e seriam necessárias mais vagas para que todos aqueles que se encaixam no perfil pudessem ser contemplados; o outro motivo é mais peculiar e ocorreu em função do descrédito que muitas famílias tinham no começo em relação ao Bolsa Escola Federal. Por achar que se tratava de um jogo político, muitas mães não foram cadastrar seus filhos e hoje, por estarem todas as vagas ocupadas, elas já não podem se cadastrar a fim de receber o benefício.

A Secretaria de Educação de Salvador coordenou o cadastramento de, aproximadamente, 105.000 (cento e cinco mil) famílias, das quais 87.000 (oitenta e sete mil) são beneficiadas. Cadastrar todas essas famílias levou cerca de 4 meses - média de 26.250 (vinte e seis mil e duzentas e cinquenta) famílias por mês. Para realizar tal trabalho, o município contou com cerca de 2.000 pessoas trabalhando. A grande maioria dessas pessoas era de funcionários das escolas onde foi feito o cadastramento. A Secretaria Municipal Educação contou com 10 dos seus funcionários.

No que diz respeito ao custo do processo de cadastramento, as coordenadoras estimam um valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), relativos a fotocópias, resmas de papel, *tonner para impressora* e combustível para os automóveis da prefeitura.

IDENTIFICAÇÃO E SOLUÇÃO DE PROBLEMAS

O problema mais comum ocorrido em Salvador foi o duplo cadastramento. Apesar da divisão feita pelas escolas para que os pais dos alunos da mesma turma fossem se cadastrar juntos, houve casos de pais que compareceram separados e em dias diferentes, o que, além de duplicar o cadastro, foi responsável, em parte, pelo aumento das filas. Os duplos cadastros foram identificados pelo Sistema da Caixa Econômica Federal e, excluída a duplicata, as crianças puderam receber o benefício.

Outro problema que ocorreu em Salvador foi o curto tempo para realizar o

cadastramento, pois, como já foi dito, o município é grande e possui muitos potenciais beneficiários. Em virtude disso, não foi possível realizar um refinamento dos cadastros, como um *rankeamento* de renda, por exemplo.

Realizado o cadastramento nas escolas, , houve uma série de pequenos problemas entre a Secretaria Municipal de Educação e a Caixa, dentre os quais se destacou que a entrega dos cartões foi feita pela Secretaria Municipal de Educação.

ANÁLISE FINAL

Salvador deve ser destacado de forma positiva no que se refere ao cadastramento e coordenação dos atores sociais que participaram do processo. Durante a pesquisa foi possível perceber o cuidado com a preparação e a operação do processo de cadastramento em um município de grande porte como Salvador. O envolvimento da equipe e o cumprimento dos prazos são fatos que merecem destaque. Afinal, realizar 105.000 cadastros, no prazo de quatro meses, baseados no geo-referenciamento e contando com o conhecimento e apoio dos diretores das escolas e seus funcionários, constitui tarefa árdua.

É fato que o cadastramento poderia ter contado com mais critérios de seleção de beneficiários, como, por exemplo, número de integrantes da família ou avaliação das condições habitacionais. Todavia, como já foi mencionado, a quantidade de cadastros, o prazo e os problemas iniciais com o agente operador não permitiram identificar o público-alvo do Programa tão minuciosamente quanto era a intenção da Secretaria Municipal de Educação.

Também foi visto que as ações da Secretaria para diminuir a evasão escolar e aumentar a frequência da criança na escola vão além dos programas de transferência direta de renda como o Bolsa Escola, pois há ações socioeducativas e a participação das comunidades ligadas às escolas. O surgimento do Bolsa Escola Federal é uma contribuição adicional à manutenção da criança na escola.

Em entrevista com diretoras de escolas que participaram diretamente do cadastramento, pôde-se obter sugestões referentes a esse processo. Em primeiro lugar, é preciso atentar

para a divulgação do Programa. Os pais ou responsáveis devem receber previamente todas as informações sobre a natureza do Programa, os seus critérios, onde será realizado o cadastramento, qual a documentação necessária e quem poderá participar.

Outra relevante sugestão é capacitar, dentro da própria comunidade, voluntários para contribuir no processo de cadastramento. Essa alternativa permite atender aos prazos estipulados sem acréscimo de despesa. Todavia, é importante que os voluntários recebam orientação constante das diretoras ou responsáveis pelo Programa, de maneira a evitar possíveis erros no preenchimento dos cadastros.

SANTO AUGUSTO-RS

ÓRGÃO RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA: Secretaria Municipal de Educação

NÚMERO DE FAMÍLIAS BENEFICIADAS: 637

DATA DE ADESÃO AO PROGRAMA: 30/05/2001

META DO MUNICÍPIO: 637

Nº DE FAMÍLIAS BENEFICIADAS NO PERÍODO DE CADASTRAMENTO: 637

DATA DE CUMPRIMENTO DA META: 06/06/2001

NÚMERO DE CRIANÇAS NO ENSINO FUNDAMENTAL: 2.576

ÍNDICE MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO HUMANO - IDH-M: 0,696

NÚMERO DE HABITANTES DO MUNICÍPIO:

TELEFONE PARA CONTATO: (55) 378-1512

METODOLOGIA

Para a aferição de renda, o município se utilizou principalmente do cadastramento feito por meio das escolas. Em alguns casos, houve também visitas domiciliares com o objetivo de ratificação de renda e observações quanto ao número de filhos e às condições em que viviam as famílias.

O instrumento de pesquisa utilizado foi o próprio formulário de cadastro do Programa, preenchido por funcionários das escolas locais em entrevistas com os beneficiários realizadas nas respectivas escolas.

Após o preenchimento dos cadastros pelas escolas, estes foram repassados ao Conselho de Controle Social para que se realizasse a seleção dos cadastros, ou seja, o processo de focalização propriamente dito.

A seleção dos beneficiários se deu com base no quesito renda, priorizando as famílias com renda mais baixa dentre as cadastradas. Os cadastros foram ordenados da menor para a maior renda declarada, sendo que o município atingiu sua meta de beneficiários nos cadastros com renda de R\$ 47,00. Foram utilizados como critérios de desempate entre cadastros com rendas iguais se a família possuía portadores de necessidades especiais e/ou casos de repetência escolar.

Outro critério utilizado na seleção de beneficiários foi o Controle Solidário. O fato de a seleção de cadastros ter sido feita pelos integrantes do Conselho de Controle Social, que conta com a mesma formação do Conselho de Assistência Social, propiciou ao processo de focalização neste município uma visão singular e profunda de sua realidade socioe-

conômica. Um exemplo disso é que um dos critérios de seleção de beneficiários foi o nível de organização familiar, ou seja, famílias mais desorganizadas eram priorizadas, de modo a incentivar sua reestruturação. O Controle Solidário foi um método simples, barato e razoavelmente confiável de se ter acesso a esse tipo de informação.

PROCESSO DE CADASTRAMENTO

O órgão responsável pelo processo de cadastramento de beneficiários do PNBE em Santo Augusto foi a Secretaria Municipal de Educação, que contou com o apoio das Secretarias Municipais de Ação Social, de Habitação e de Trabalho, do Conselho Tutelar e dos agentes comunitários de Saúde. As escolas locais ficaram responsáveis pelo preenchimento do cadastro junto aos candidatos a beneficiários.

O município teve como parceiros no processo de cadastramento as diretoras das escolas de Ensino Fundamental, os funcionários da Caixa Econômica Federal, os agentes de saúde, a Comarca de Santo Augusto, o Lions Clube e a imprensa falada e escrita local.

O processo de cadastramento como um todo durou uma semana, aproximadamente 100 funcionários participaram dele e o município teve um gasto de cerca de R\$ 800,00, envolvendo principalmente a impressão de formulários de cadastro adicionais.

A divulgação do Programa no município se deu através de comunicados veiculados pelas rádios e jornais impressos locais e por comunicados via escolas.

IDENTIFICAÇÃO E SOLUÇÃO DE PROBLEMAS

uma decisão tomada pelos gestores locais vale a pena ser citada, pois demonstra a transparência e a eficiência do processo de seleção dos beneficiários do município. Em virtude de reclamações de pessoas que não foram beneficiadas e achavam que deveriam ser, a prefeitura organizou uma audiência pública para esclarecimento de todas as dúvidas ou reclamações, na qual todos que se sentiram prejudicados puderam se declarar.

Não houve casos de duplo cadastramento, mas foram feitas denúncias (todas infundadas) de que famílias fora dos critérios estariam sendo beneficiadas. As coordenadoras do Programa consideraram essas denúncias como subterfúgio daqueles que não foram contemplados, mas que se candidataram a receber benefícios do Programa Nacional de Bolsa Escola.

Outra ação no sentido de tornar transparente o cadastramento foi a divulgação, em jornal local, da lista de beneficiários do município *{vide anexo}*.

Os gestores locais declararam que tiveram dificuldade no que diz respeito ao tempo disponível para a digitação dos cadastros e que o sistema de preenchimento online não funcionou, chegando a prejudicar o processo. Esse problema foi solucionado com a disponibilização posterior do aplicativo.

Existem no município 370 famílias que foram cadastradas (ou seja, estão dentro dos critérios do Programa), mas que não foram contempladas, porque todas as vagas já haviam sido preenchidas.

ANÁLISE FINAL

O processo de cadastramento no município de Santo Augusto pode ser caracterizado principalmente por três palavras: transparência, organização e dedicação.

A atitude da audiência pública foi um exemplo digno de destaque. Embora se reconheça que esta não seja uma opção possível em todas as realidades, seria a opção ideal, principalmente envolvendo membros da comunidade e líderes locais.

Organização e dedicação foram os ingredientes que tornaram possível ao município ser um dos primeiros do Brasil a aderir ao programa, com uma seleção de beneficiários bem feita.

VÁRZEA GRANDE - MT

ÓRGÃO RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA: Secretaria Municipal de Educação

NÚMERO DE FAMÍLIAS BENEFICIADAS: 637

DATA DE ADESÃO AO PROGRAMA: 30/05/2001

META DO MUNICÍPIO: 637

Nº DE FAMÍLIAS BENEFICIADAS NO PERÍODO DE CADASTRAMENTO: 637

DATA DE CUMPRIMENTO DA META: 06/06/2001

NÚMERO DE CRIANÇAS NO ENSINO FUNDAMENTAL: 2.576

ÍNDICE MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO HUMANO - **IDH-M**: 0,696

NÚMERO DE HABITANTES DO MUNICÍPIO:

TELEFONE PARA CONTATO: (65) 688-3044

METODOLOGIA

O processo de focalização no município de Várzea Grande se deu a partir de um critério principal, a renda dos potenciais beneficiários. Foi com base nesse critério que o município procurou identificar quem estaria mais apto a participar do programa, ou, nas palavras dos gestores municipais, achar os mais pobres entre os pobres..

Para a aferição de renda - o município se utilizou principalmente do cadastramento feito por meio das escolas, porém houve também autofocalização, à medida que eram chamadas para o cadastramento apenas famílias de baixa renda. Em alguns casos, houve também visitas domiciliares, com o objetivo de comprovar a renda.

Antes do início do processo de preenchimento do cadastro, foram realizadas reuniões entre a Secretaria de Educação Municipal e as escolas, para passar orientações sobre a natureza do Programa e sobre o preenchimento dos cadastros. Reuniões similares foram promovidas pelas escolas, envolvendo pais e mestres, com o objetivo de esclarecer quem teria direito ao benefício.

O instrumento de pesquisa utilizado foi o próprio formulário de cadastro do Programa, preenchidos por funcionários das escolas locais, em entrevistas com os beneficiários nas respectivas escolas.

Após o preenchimento dos cadastros pelas escolas, estes foram recolhidos à Secretaria Municipal de Educação, que se realizou a seleção dos cadastros, ou seja, o processo de focalização propriamente dito;

A seleção dos beneficiários se deu com

base no quesito renda, priorizando as famílias com renda mais baixa entre as cadastradas. Primeiramente, foi separado um lote com as famílias que tinham renda declarada de até R\$ 30,00, este lote foi inteiramente selecionado. A partir daí, os cadastros foram separados em lotes de dez reais (por R\$ 30,00 a R\$ 40,00, por exemplo, e assim por diante). Todos os cadastros foram revisados individualmente pelo pessoal da Secretaria de Educação e os formulários com algum erro no preenchimento eram excluídos ou mandados de volta à escola. Os erros mais comuns foram falta de preenchimento de campos obrigatórios, dados incorretos e duplo cadastramento.

A meta de beneficiários do município foi alcançada no lote de cadastros com renda de até R\$ 50,00, sendo que este não pôde ser totalmente incluído.

PROCESSO DE CADASTRAMENTO

O órgão responsável pelo processo de cadastramento de beneficiários do Bolsa Escola Federal neste município foi a Secretaria Municipal de Educação, que contou com o apoio de associações de moradores e de ONGs, para a divulgação do programa. As escolas locais ficaram responsáveis pelo preenchimento do cadastro junto aos potenciais beneficiários.

Todo o processo de cadastramento teve a duração de 45 dias, aproximadamente 120 funcionários participaram dele e o município estima um gasto de aproximadamente R\$ 8.000,00, envolvendo principalmente transporte de funcionários, impressão de formulários de cadastro adicionais e contratação de digitadores.

A divulgação do Programa no Município se deu através da propaganda em televisão, veiculada pelo governo federal, por comunicados via escola e por serviços de alto-falantes móveis, que circularam nas vizinhanças.

A digitação dos cadastros selecionados para posterior envio à SPNBE foi feita por uma equipe terceirizada, contratada especificamente para esta tarefa.

O processo de cadastramento e seleção dos beneficiários seguiu os seguintes passos na sua execução.

DIVULGAÇÃO

- Socialização de informações sobre o Programa com entidades municipais para a articulação de parcerias.
- Capacitação dos envolvidos, responsáveis pelo preenchimento dos cadastros nas escolas.
- Mobilização das comunidades, informando sobre o programa e as condições para participar deste.

REALIZAÇÃO

- Entrevistas com as famílias nas escolas e preenchimento dos cadastros.

SELEÇÃO

- Reunião com o Conselho de Controle Social, para definição dos critérios de seleção.
- Montagem do grupo de trabalho, com confecção de portaria interna nomeando os responsáveis pela seleção dos cadastros.
- Contratação da equipe de digitadores dos cadastros selecionados.

ENVIO

- Composição dos lotes de cadastros.
- Digitação dos formulários.
- Entrega dos disquetes à Caixa.

IDENTIFICAÇÃO E SOLUÇÃO DE PROBLEMAS

Um dos principais problemas encontrados pelo município no processo de cadastramento e seleção foi a falta de documentação. Isso prejudicou a focalização em dois sentidos. Em primeiro lugar, muitas famílias que estariam no universo dos beneficiários não possuíam a documentação necessária para o cadastro, principalmente as mais carentes; em segundo

lugar, a não-exigência de um documento de comprovação de renda, segundo os profissionais que participaram do cadastramento, levou muitos dos interessados a declarar uma renda menor do que teriam na realidade.

ANÁLISE FINAL

Em Várzea Grande, deve ser destacada a meticulosidade e o cuidado na seleção dos cadastros. Todos os formulários foram conferidos individualmente, separando-se os que apresentavam preenchimento errôneo, campos em branco ou duplo cadastramento, para devolução e correção dos mesmos pelas escolas.

A decisão pela seleção dos beneficiários apenas pelo critério renda pode ser considerada simplista, mas foi muito adequada à realidade do município, cuja população carente não se encontra necessariamente concentrada em bolsões.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nestas nove visitas a municípios de tôdas as regiões do Brasil, conhecendo as mais diversas realidades - seja em termos de desafios e soluções encontradas, ou em termos de peculiaridades locais que influenciam as atividades do município, o que se pode tirar de conclusões é que não existe um método ideal e único de identificação e seleção de beneficiários para um programa como o Bolsa Escola Federal. Há que se adequar o método às potencialidades e obstáculos de cada realidade.

Antes de ser um método, isso foi o caminho natural seguido pelos municípios visitados. Eles, na verdade, tiveram que se adaptar para tornar congruentes as exigências feitas na esfera federal com a realidade do município, tomada no seu mais amplo sentido. Fazer isso com sucesso é um feito digno de louvor. Porém, neste caso, quando se atua como interface entre dois universos, é preciso relativizar a palavra sucesso.

Em termos absolutos e ideais, sem considerar custos e demora, pode-se dizer que o melhor método de focalização é um censo detalhado da população e, a partir daí, a identificação dos mais aptos a integrar o programa. Então, os mais necessitados, e somente eles, participariam.

As estratégias utilizadas nos diversos municípios visitados permitiram encontrar os mais aptos a receber o benefício, algumas vezes com maior, outras com menor precisão. Mas aqui deve-se considerar que realidades são mais compatíveis com as exigências federais.

Talvez o termo mais adequado para qualificar as ações de focalização nesses municípios seja flexibilidade. Flexibilidade para atuar entre essas duas realidades, o que traz um novo paradigma para pensar em ações bem-sucedidas, pois o foco da análise não é o resultado, mas sim o processo - o quanto as ações executadas nos municípios se adaptaram a essas duas realidades, mantendo como objetivo ideal a identificação absoluta dos mais aptos.

com esse estudo, será possível eventualmente estender os pontos positivos coletados nos exemplos bem-sucedidos de focalização também aos demais municípios inscritos

no Programa ou em outras políticas públicas.

Desta forma, mesmo considerando-se a realização do processo de cadastramento na quase totalidade dos municípios, será possível para ações futuras identificar-se práticas exitosas, inclusive subsidiando futuros processos de atualização cadastral do Bolsa Escola Federal nos municípios brasileiros.

5. ANEXO A - INSTRUMENTO DE PESQUISA

ROTEIRO DE PESQUISA SOBRE O PROCESSO DE CADASTRAMENTO DOS
BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA BOLSA ESCOLA NOS MUNICÍPIOS

Parte I - Identificação do município

COLOQUE ABAIXO OS DADOS DE SEU MUNICÍPIO:

MUNICÍPIO: _____

ESTADO:

ÓRGÃO RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA: _____

TÍTULO DO RESPONSÁVEL: _____

ENDEREÇO: _____

CEP: _____

TEL: _____

FAX: _____

E-MAIL: _____

NÚMERO DE-FAMÍLIAS BENEFICIADAS _____

DATA DE ADESÃO AO PROGRAMA: ____ / ____ / ____

META DO MUNICÍPIO: _____

Nº DE FAMÍLIAS BENEFICIADAS NO PERÍODO DE CADASTRAMENTO: _____

DATA DE CUMPRIMENTO DA META: ____ / ____ / ____

PARTE II - METODOLOGIA

1. QUAL FOI A METODOLOGIA UTILIZADA PELO MUNICÍPIO NA AFERIÇÃO DE RENDA DAS FAMÍLIAS?

(MARQUE TODAS AS ALTERNATIVAS QUE SE APLICAM)

- Base de dados do município
 - Visitas domiciliares *{survey}*
 - Geo-referenciamento
 - Cadastramento a partir da escola Aferição indireta de renda
 - Autofocalização
 - Outras
- Quais?

DESCRIÇÃO DA METODOLOGIA

2. INSTRUMENTO DE PESQUISA

- Questionário 'fechado
 - Entrevista semi-estruturada
 - Entrevista aberta
 - Outros
- Quais?

Obs.

3. ABORDAGEM UTILIZADA- (MARQUE TÔDAS AS ALTERNATIVAS QUE SE APLICAM)

- Entrevista com os beneficiários
 - Visita domiciliar
 - Cruzamento de bancos de dados
 - Outros.
- Quais?

Obs.

4. QUAIS FORAM OS CRITÉRIOS DEFINIDOS, A PARTIR DOS PARÂMETROS DO PNBE, PARA REALIZAR A SELEÇÃO DE FAMÍLIAS?

Obs.

5. O MUNICÍPIO UTILIZOU ALGUM CRITÉRIO DE SELEÇÃO ADICIONAL NA SELEÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS ALÉM DOS PREVISTOS NA LEGISLAÇÃO? QUAIS? (MARQUE TODAS AS ALTERNATIVAS QUE SE APLICAM)

- Número de integrantes da família
 - Integrantes portadores de necessidades especiais
 - Número de crianças na escola
 - Número de integrantes desempregados Ocorrência de caso de desnutrição
 - Local de moradia
 - Casa própria
 - Outros
- Quais?

Obs.

6. EXISTIAM INFORMAÇÕES DISPONÍVEIS SOBRE POBREZA NO MUNICÍPIO? QUAIS? (EM CASO DE RESPOSTA AFIRMATIVA, MARQUE AS ALTERNATIVAS QUE SE APLICAM)

- Censo 2000
 - PNAD
 - Pesquisa realizada pelo município
 - Pesquisa realizada pela iniciativa privada
 - Outras
- Quais?

Obs.

7. AS INFORMAÇÕES OBTIDAS NO PROCESSO DE CADASTRAMENTO DO BOLSA ESCOLA FORAM CONTRASTADAS com OS DADOS SOCIOECONÓMICOS DO MUNICÍPIO?

- Sim
 - Não
- Obs.

8. EM QUE MEDIDA A METODOLOGIA COOPEROU PARA A CORRETA IDENTIFICAÇÃO DO PÚBLICO-ALVO?

- Muito
 - Razoavelmente
 - Pouco
 - Não afetou
- Obs.

PARTE III - PROCESSO DE CADASTRAMENTO

1. QUE ÓRGÃO FOI RESPONSÁVEL PELO CADASTRAMENTO DOS BENEFICIARIOS DO PNBE?

- Secretaria Municipal de Educação
 - Secretaria Municipal de Assistência Social
 - Gabinete do Prefeito
 - Escolas
 - Conselho de Controle Social
 - ONGs
 - Outro
- Qual?

Obs.

2.0 MUNICÍPIO CONTOU COM APOIO DE ALGUMA OUTRA INSTITUIÇÃO PARA REALIZAR O CADASTRAMENTO DAS FAMÍLIAS? (EM CASO DE RESPOSTA AFIRMATIVA MARQUE AS ALTERNATIVAS QUE SE APLICAM)

- Escolas
 - Associações
 - Conselhos
 - ONGs
 - Agentes comunitários de saúde
 - Outra
- Qual?

Obs.

3. QUANTO TEMPO LEVOU O PROCESSO DE CADASTRAMENTO E SELEÇÃO DE BENEFICIÁRIOS EM SEU MUNICÍPIO?

- Até 15 dias
- Até 1 mês
- De 1 a 3 meses
- De 4 a 6 meses
- Mais de 6 meses

Obs.

4. AS FAMÍLIAS TIVERAM ACESSO A QUE TIPO DE INFORMAÇÃO PARA PEDIR A INCLUSÃO NO PROGRAMA? (MARQUE AS ALTERNATIVAS QUE SE APLICAM)

- Material informativo distribuído (folder, cartilha, etc.)
 - Propaganda de rádio
 - Propaganda de TV
 - Comunicados via escola
 - Outros
- Quais?

Obs.

5. AS FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS, EM GERAL:

- Apresentaram documentação insuficiente.
- Apresentaram a documentação necessária, ou mesmo além da exigida

Obs.

6. HOUVE CASOS DE FAMÍLIAS QUE DESEJARAM NÃO PARTICIPAR DO PROGRAMA, MESMO PODENDO SER BENEFICIADAS?

- Sim
- Não

Obs.

7. QUANTO O MUNICÍPIO GASTOU APROXIMADAMENTE NO PROCESSO DE SELEÇÃO DAS FAMÍLIAS?

R\$ Obs.

8. QUANTOS FUNCIONÁRIOS APROXIMADAMENTE TRABALHARAM NO PROCESSO DE CADASTRAMENTO?

Obs.

9. O MUNICÍPIO TEM ALGUM INDICADOR SOBRE FREQUÊNCIA ESCOLAR?

- Sim
- Não

Obs.

PARTE IV - IDENTIFICAÇÃO DE POSSÍVEIS PROBLEMAS

1. HÁ CASOS DE DUPLO CADASTRAMENTO?

- Sim. Quantos? _____
- Não Obs.

2. COMO FORAM IDENTIFICADOS?

- Auditoria interna
 - Pelo sistema SIBES
 - Reclamação de beneficiários
 - Denúncia anônima
 - Outros
- Quais?

Obs.

3. FOI ENCONTRADA ALGUMA DIFICULDADE ESPECIAL NO PROCESSO DE CADASTRAMENTO E SELEÇÃO DE BENEFICIÁRIOS EM SEU MUNICÍPIO?

- Sim
- Não Obs.

4. HÁ ATUALMENTE EM SEU MUNICÍPIO ALGUMA FAMÍLIA QUE DEVERIA ESTAR RECEBENDO O BENEFÍCIO E NÃO ESTÁ?

- Sim. Quantas aproximadamente?
 - Não
- Obs.

5. FOI ENCONTRADA ALGUMA DIFICULDADE EM RELAÇÃO AO AGENTE OPERADOR (CAIXA) NESSE PROCESSO?

- Sim
 - Não
- Obs.

6. ANEXO B - MUNICÍPIOS

FORMULÁRIO BOLSA ESCOLA 2001 - CONTAGEM



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONTAGEM – ANO 2001
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO E CULTURA
Formulário "Cadastramento da Família"



Programa de Garantia de Renda Mínima

Bloco I - Dados do Requerente e do Cônjuge/Companheiro

01 - Nome completo do requerente		02 - Sexo <input type="checkbox"/> M <input type="checkbox"/> F	
03 - Endereço completo (Av, Rua, Alameda, Praça, Largo) (nº e Bairro)		Cidade	
04 - CEP	05 - Telefone para contato: nº _____ Residencial <input type="checkbox"/> Trabalho <input type="checkbox"/> Vizinho <input type="checkbox"/> Parente <input type="checkbox"/>		
06 - Data de nascimento	07 - Naturalidade	UF	
08 - Filiação: nome completo da mãe			
09 - Filiação: nome completo do pai			
10 - CPF	11 - Outro documento		
12 - Estado civil <input type="checkbox"/> Solteiro (a) <input type="checkbox"/> Mãe solteira <input type="checkbox"/> Casado (a) <input type="checkbox"/> Outro _____		13 - Grau de instrução <input type="checkbox"/> Analfabeto <input type="checkbox"/> Alfabetizado <input type="checkbox"/> 1º grau incompleto <input type="checkbox"/> 1º grau completo <input type="checkbox"/> 2º grau _____	
14 - Situação no mercado de trabalho do requerente <input type="checkbox"/> Desempregado <input type="checkbox"/> Biscateiro <input type="checkbox"/> Assalariado <input type="checkbox"/> Aposentado/pensionista <input type="checkbox"/> Autônomo <input type="checkbox"/> Outros _____			
15 - Nome completo do cônjuge/companheiro (a)		Sexo <input type="checkbox"/> M <input type="checkbox"/> F	
16 - Data de nascimento	17 - Naturalidade	UF	
18 - Grau de instrução <input type="checkbox"/> Analfabeto <input type="checkbox"/> Alfabetizado <input type="checkbox"/> 1º grau completo <input type="checkbox"/> 1º grau incompleto <input type="checkbox"/> 2º grau			
19 - Situação no mercado de trabalho do cônjuge <input type="checkbox"/> Assalariado <input type="checkbox"/> Biscateiro <input type="checkbox"/> Aposentado / pensionista <input type="checkbox"/> Desempregado <input type="checkbox"/> Autônomo <input type="checkbox"/> Outros _____			
20 - Condições de habitação da família Moradia Construção Tipo de Vedação <input type="checkbox"/> Alugada <input type="checkbox"/> Iniciada <input type="checkbox"/> Madeira <input type="checkbox"/> Cedida <input type="checkbox"/> Paralisada <input type="checkbox"/> Adobe <input type="checkbox"/> Própria <input type="checkbox"/> Concluída <input type="checkbox"/> Alvenaria		21 - Bens de consumo duráveis <input type="checkbox"/> Telefone <input type="checkbox"/> TV em cores <input type="checkbox"/> Rádio <input type="checkbox"/> Aparelho de Som <input type="checkbox"/> Geladeira <input type="checkbox"/> Fogão a gás <input type="checkbox"/> Bicicleta <input type="checkbox"/> Vídeo Cassete <input type="checkbox"/> Máquina de Costura <input type="checkbox"/> Máquina de Lavar Roupa	
22 - Instalação Sanitária <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não			

Bloco II – Dados cadastrais dos dependentes de 6 a 15 anos

01

23 – Nome completo		
24 - Sexo <input type="checkbox"/> Masculino <input type="checkbox"/> Feminino	25- Data de nascimento ____/____/____	26 – Nome do município de nascimento/ UF
27 – Relação familiar <input type="checkbox"/> Filho <input type="checkbox"/> Enteadado <input type="checkbox"/> Neto <input type="checkbox"/> Dependente Legal <input type="checkbox"/> Outro _____		
28 – Nome da Mãe		
29 – Nome do Pai		
30- Nome da Escola	31- Série	32 - Regional

02

23 – Nome completo		
24 - Sexo <input type="checkbox"/> Masculino <input type="checkbox"/> Feminino	25- Data de nascimento ____/____/____	26 – Nome do município de nascimento/ UF
27 – Relação familiar <input type="checkbox"/> Filho <input type="checkbox"/> Enteadado <input type="checkbox"/> Neto <input type="checkbox"/> Dependente Legal <input type="checkbox"/> Outro _____		
28 – Nome da Mãe		
29 – Nome do Pai		
30- Nome da Escola	31- Série	32 - Regional

03

23 – Nome completo		
24 - Sexo <input type="checkbox"/> Masculino <input type="checkbox"/> Feminino	25- Data de nascimento ____/____/____	26 – Nome do município de nascimento/ UF
27 – Relação familiar <input type="checkbox"/> Filho <input type="checkbox"/> Enteadado <input type="checkbox"/> Neto <input type="checkbox"/> Dependente Legal <input type="checkbox"/> Outro _____		
28 – Nome da Mãe		
29 – Nome do Pai		
30- Nome da Escola	31- Série	32 - Regional

04

23 – Nome completo		
24 - Sexo <input type="checkbox"/> Masculino <input type="checkbox"/> Feminino	25- Data de nascimento ____/____/____	26 – Nome do município de nascimento/ UF
27 – Relação familiar <input type="checkbox"/> Filho <input type="checkbox"/> Enteadado <input type="checkbox"/> Neto <input type="checkbox"/> Dependente Legal <input type="checkbox"/> Outro _____		
28 – Nome da Mãe		
29 – Nome do Pai		
30- Nome da Escola	31- Série	32 - Regional

Bloco III – Situação financeira da família

33 – Despesas mensais da família	Valor em R\$
1 – Moradia	
2 – Alimentação	
3 – Água	
4 – Luz	
5 – Gás	
6 – Transporte	
7 – Outros gastos	
8 – TOTAL	

34 – Renda familiar	Valor em R\$
1 – Rendimento da(o) requerente	
2 – Rendimento do cônjuge	
3 – Rendimentos dos filhos e/ou membros da família	
4 – Outras rendas	
a- Pensão alimentícia ou do INSS	
b- Aposentadoria	
c- Aluguel	
d- Previdência rural	
e- Seguro desemprego	
f- Renda mínima a idosos e deficientes	
g- PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil	
5 – TOTAL	
35 – Quantas pessoas (moradores) são mantidas com essa renda? _____	

36 – Número de dependentes:				
	0 a 5 anos	6 a 15 anos	acima de 15 anos	total
37 – Existem moradores deficientes?	<input type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não	38 – O responsável é idoso?	<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não

Bloco IV – Renda per capita

39 – Total da renda familiar dividido (+) pelo número de moradores da família = Renda per capita		
_____	+ _____ =	_____
Total da renda familiar	Total de moradores	Renda familiar per capita

Assumo a responsabilidade pela veracidade das informações aqui prestadas.

Contagem, de _____ de 2001.

Assinatura do requerente: _____

Bloco V – Critérios de seleção

Renda per capita	R\$		
Número de dependentes abaixo de 15 anos:			
Mãe solteira	<input type="checkbox"/>	Sim	<input type="checkbox"/> Não
Responsável idoso	<input type="checkbox"/>	Sim	<input type="checkbox"/> Não
Deficiente na família	<input type="checkbox"/>	Sim	<input type="checkbox"/> Não

BILHETE AOS PAIS - CONTAGEM .



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONTAGEM SECRETARIA
MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO E CULTURA
RUA HAECKEL BEN-HUR SALVADOR, 1333 - CINCO - CONTAGEM
CEP: 32.010- 120 - FONE: 3352.5367 -FAX: 3352.5370



Sras. Mães ou Responsáveis,

A Prefeitura Municipal de Contagem está implantando o Programa do Governo Federal **Bolsa Escola** .

Para que seu filho ou dependente se candidate a esse benefício, serão observados os critérios: estar matriculado de **1ª a 8ª série**, ter idade de **06 a 15 anos**, **ser morador do município de Contagem** e **inscrever-se em um cadastro**, que será feito no dia _____ nesta escola, no horário

No ato da inscrição, é preciso que você apresente um documento de identificação **(CPF ou Carteira de Identidade ou Carteira de Trabalho) e comprovante de endereço** .

No dia do seu cadastro, não é necessário levar seu filho.

Atenção: a mãe deve preencher apenas 1 (um) cadastro, mesmo que tenha filhos matriculados em outras escolas.

O valor da Bolsa Escola a ser recebido pela família é no mínimo R\$ 15,00, por 01 dependente, e no máximo R\$ 45,00 , por 03 dependentes.

Marlise Irene Nascimento Reis
Secretária Municipal de Educação

QUADRO GERAL DO NÚMERO DE BOLSAS POR ESCOLA ESTADUAL

Bolsões	Escolas Estaduais de Contagem	Nº de Alunos de 6 a 15 anos	% de Alunos Beneficiados		Estimativa de nº de Alunos Beneficiados		Estimativa de Famílias Beneficiadas		Famílias Atendidas
			Mínimo	Máximo	Mínimo	Máximo	Mínimo	Máximo	
X	Adriano José da Costa	1.150	30	34	345	391	173	196	204
	Bairro Industrial São Luiz	1.204	25	30	301	361	151	181	136
	Bairro Tropical / Petrolândia	1.050	25	30	263	315	131	158	178
X	Boa Vista	761	30	34	228	259	114	129	124
X	Catarina Jorge Gonçalves	156	30	33	47	51	23	26	26
	Confrade Antônio Pedro de Castro	080	10	20	90	180	45	90	163
X	Deputado Claudio Pinheiro	437	30	35	131	153	66	76	41
	Deputado Renato Azeredo	750	20	24	150	180	75	90	85
	Deputado Simão da Cunha	820	25	30	205	246	103	123	120
	Dom Bosco	575	25	30	144	173	72	86	117
	Dr. José Roberto de Aguiar	534	20	25	107	134	53	67	59
X	Elza Mendonça Fouly	230	30	35	69	81	35	40	34
	Francisco Firmo de Matos	880	15	26	132	176	66	88	93
	Gastão da Cunha	300	30	33	90	99	45	50	50
X	Governador Israel Pinheiro	301	55	60	166	181	83	90	83
X	Guilhermino de Oliveira	607	35	41	212	249	106	124	120
	Helena Guerra	2.377	15	20	357	475	178	238	226
	José da Silva Couto	867	25	30	217	260	108	130	135
X	José Mauro de Vasconcelos	683	30	36	205	246	102	123	115
	Juventina Pinto Brandão	702	20	26	140	183	70	91	97
	Laurita de Mello Moreira	920	20	25	184	230	92	115	114
	Manoel de Matos Pinho	1.259	20	25	252	315	126	157	157
	Maria das Graças Costa	618	25	30	155	185	77	93	93
	Maria de Salles Ferreira	1.027	20	25	205	257	103	128	111
X	Mário Elias de Carvalho	360	35	40	126	144	63	72	70
	Ministro Miguel Mendonça	1.005	25	30	251	302	126	151	150
	Nair Mendes Moreira	1024	25	30	256	307	128	154	199
	Nova Contagem	1.030	25	30	258	309	129	155	156
	Padre Camargos	700	20	26	140	182	70	91	81
	Padre José Maria de Man	581	10	20	58	116	29	58	32
X	Presidente Tancredo Neves	500	30	40	150	200	75	100	120
	Profa. Conceição Hilário	613	25	30	153	184	77	92	92
	Profa. Lygia Maria Magalhães	661	23	28	152	185	76	93	100
	Profa. Maria Coutinho	536	25	30	134	161	67	80	43
	Ruy Pimenta	227	10	20	23	45	11	23	46
	TOTAL	26.345			6.094	7.513	3.047	3.757	3.774

Anexo 1

NAP - Ressaca

Bolsões	Escola Municipal	Nº de Alunos de 6 a 15 anos	% de Alunos Beneficiados		Estimativa de Alunos Beneficiados		Estimativa de Famílias Beneficiadas		Famílias Atendidas
			Mínimo	Máximo	Mínimo	Máximo	Mínimo	Máximo	
X	E.M. Padre Joaquim de Souza e Silva	826	35	40	289	330	145	165	181
X	E.M. Professor Wandleber Pacheco	1.304	35	39	456	509	228	254	277
	E.M. Professora Marta de Mattos Silveira	924	30	35	277	323	139	162	129
	E.M. Glória Marques Diniz	1.263	30	35	379	442	189	221	216
X	E.M. Walter Fausto do Amaral	1.120	25	30	280	336	140	168	225
	E.M. Cel. Joaquim Antônio da Rocha	1.012	22	34	223	339	111	170	139
	E.M. Maria Silva Lucas	1.103	15	23	165	254	83	127	149
	E.M. Rita Carmelinda Rocha	824	15	20	124	165	62	82	80
	Total	8.376			2.193	2.698	1.097	1.349	1.396

Anexo 2

IDENTIFICAÇÃO E INCLUSÃO DE FAMÍLIAS NO BOLSA ESCOLA FEDERAL

NAP - Eldorado

Bolsões	Escola Municipal	N° de Alunos de 6 a 15 anos	% de Alunos Beneficiados		Estimativa de Alunos Beneficiados		Estimativa de Famílias Beneficiadas		Famílias Atendidas
			Mínimo	Máximo	Mínimo	Máximo	Mínimo	Máximo	
		//////////							////
X	E.M. Sandra Rocha	577	40	60	231	346	115	173	194
X	E.M. Professor Domingos Diniz	432	40	45	173	194	86	97	119
	E.M. Antônio Carlos Lemos	260	38	43	99	112	49	56	59
X	E.M. Josefina de Souza Lima	738	35	44	258	325	129	162	151
	E.M. INECAC	120	120	150	144	180	72	90	90
X	E.M. Sagrado Coração de Jesus	195	45	50	88	98	44	49	48
	E.M. Cel. Antônio Augusto Diniz Costa	1.042	18	27	188	281	94	141	110
	E.M. Dora de Matos	441	25	30	110	132	55	66	63
	E.M. Joaquim Teixeira Camargos	869	10	15	87	130	43	65	67
	E.M. Avelino Camargos	674	10	15	67	101	34	51	50
	E.M. Randolph José da Rocha	938	7	13	66	122	33	61	57
	E.M. Domingos Diniz Moreira	388	10	19	39	74	19	37	40
	E.M. René Chateaubriand Domingues	773	7	12	54	93	27	46	53
	E.M. Candida Rosa do Espírito Santo	850	7	13	60	111	30	55	82
	E.M. Francisco Borges da Fonseca	512	7	16	36	82	18	41	41
	E.M. Pedro Pacheco de Souza	606	10	16	61	97	30	48	37
	E.M. José Ovídio Guerra	855	7	18	60	154	30	77	57
	E.M. Sócrates Mariani Bittencourt	1.076	10	16	108	172	54	86	58
	E.M. Guimarães Rosa	512	7	12	36	61	18	31	30
	E.M. Carlos Drumond de Andrade (CAIC)	702	10	19	70	133	35	67	61
	E.M. Vasco Pinto da Fonseca	872	7	12	61	105	31	52	52
	E.M. Profa. Maria Olintha	1.150	7	14	81 *	161	40	81	106
	Total	14.582			2.174	3.264	1.087	1.632	1.625

Anexo 3

NAP ■ Industrial

Bolsões	Escola Municipal	N° de Alunos de 6 a 15 anos	% de Alunos Beneficiados		Estimativa de Alunos Beneficiados		Estimativa de Famílias Beneficiadas		Famílias Atendidas
			Mínimo	Máximo	Mínimo	Máximo	Mínimo	Máximo	
		//////////							////
x	E.M. Profa. Lígia Magalhães	658	40	45	263	296	132	148	150
X	E.M. Dona Gabriela Leite Araújo	895	35	44	313	394	157	197	219
X	E.M. Jenny de Andrade Faria	462	35	40	162	185	81	92	93
X	E.M. Virgílio de Melo Franco	1.086	35	43	380	467	190	233	208
	E.M. Pedro de Alcântara Júnior	830	20	25	166	208	83	104	101
	E.M. Profa. Júlia K. de Oliveira	999	15	24	150	240	75	120	118
	E.M. Vereador Jêsu Milton dos Santos	737	15	23	111	170	55	85	92
	E.M. Maria do Amparo	726	15	20	109	145	54	73	80
	E.M. Machado de Assis	783	7	13	55	102	27	51	50
	E.M. Deputado Jorge Ferraz	472	7	21	33	99	17	50	66
	E.M. Nossa Senhora Aparecida	999	7	13	70	130	35	65	67
	E.M. Heitor Villa-Lobos	1.005	7	13	70	131	35	65	62
	Total	9.652			1.882	2.565	941	1.283	1.306

Anexo 4

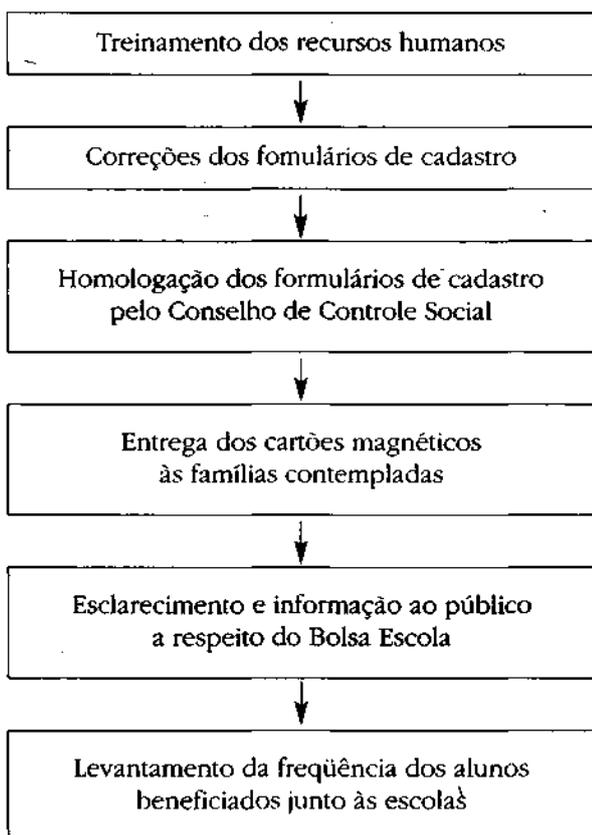
NAP - Centro

Bolsões	Escola Municipal	Nº de Alunos de 6 a 15 anos	% de Alunos Beneficiados		Estimativa de Alunos Beneficiados		Estimativa de Famílias Beneficiadas		Famílias Atendidas
			Minimo	Máximo	Minimo	Máximo	Minimo	Máximo	
x	E.M. Ápio Cardoso	1.909	40	48	764	916	382	458	465
x	E.M. Giovanini Chiodi	618	40	45	247	278	124	139	209
x	E.M. Profa. Ana Guedes Vieira	1.068	40	45	427	481	214	240	244
	E.M. Francisco Sales da Silveira Diniz	579	38	57	220	330	110	165	157
x	E.M. Dona Cordelina da Silveira Mattos	945	38	48	359	454	180	227	228
x	E.M. Ivan Diniz Macedo	993	35	40	348	397	174	199	205
x	E.M. Otacir Nunes dos Santos	666	34	39	226	260	113	130	160
x	E.M. Eduarda Pereira de Oliveira	1.030	34	39	350	402	175	201	201
x	E.M. Prof. Hilton Rocha	1.001	33	38	330	380	165	190	173
x	E.M. Prefeito Luiz da Cunha	798	35	40	279	319	140	160	160
	E.M. Vereador José Ferreira de Aguiar	829	20	25	166	207	83	104	140
	E.M. José Silvino Diniz	165	30	35	50	58	25	29	29
	E.M. Antônio Olintho Pires	218	32	37	70	81	35	40	40
	E.M. Walter Lopes	498	15	20	75	100	37	50	53
	E.M. José Lucas Filho	1.081	15	20	162	216	81	108	105
	E.M. Newton Amaral Franco	1.066	20	29	213	309	107	155	140
	E.M. Isabel Nascimento Mattos	977	19	24	186	234	93	117	138
	E.M. Dr. Sabino Barroso	1.142	10	15	114	171	57	86	79
	E.M. Dona Babita Camarqos	804	10	19	80	153	40	76	78
	E.M. Estudante Leonardo Sadra	850	15	20	128	170	64	85	85
	Turmas V. Profa. Ana Guedes Vieira	306	35	40	107	122	54	61	69
	Turmas V. Profa. Ana Guedes Vieira II	367	35	40	128	147	64	73	91
	Total	17.910			5.029	6.185	2.515	3.093	3.249
	TOTAL	50.520			11.278	14.712	5.639	7.356	7.576
							Estaduais	3.757	3.774
						Total Bolsas	Previstas	11.113	11.350
						** rotai Bolsas	sponíveis	11.283	11.283
						Margem de S	egurança	170	67

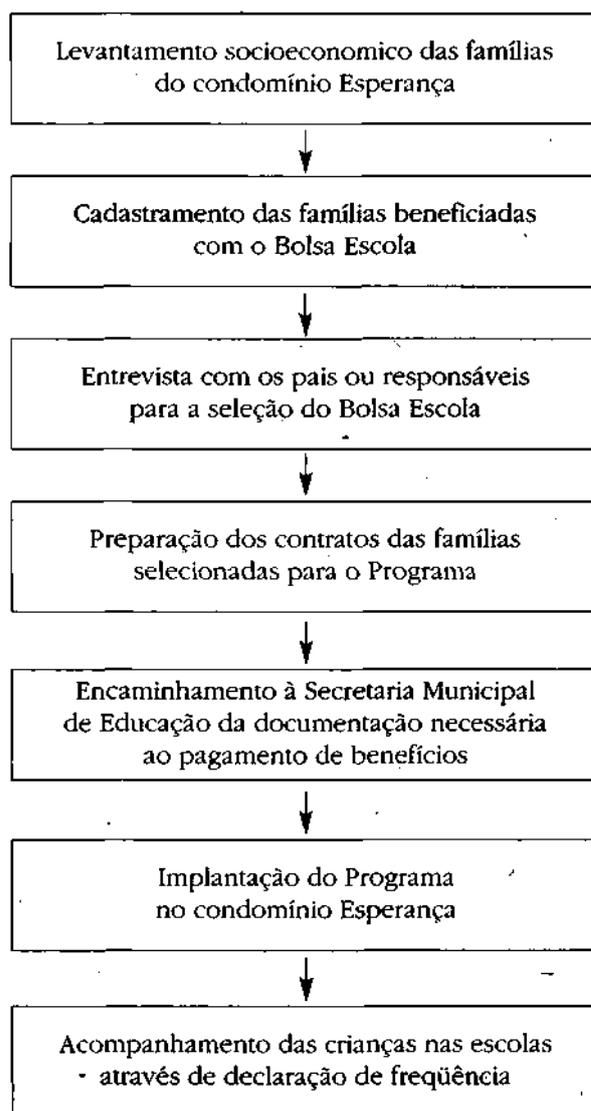
**Total de Bolsas distribuídas entre os Núcleos Administrativos Pedagógicos
Contagem - 2001**

NAP	Nº DE ALUNOS DE 6 A 15 ANOS	Nº DE FAMÍLIAS BENEFICIADAS	Nº DE ALUNOS BENEFICIADOS(Estimativa)
CENTRO	18.421	3.023	6.046
ELDORADO	15.594	1.620	3.239
INDUSTRIAL	10.188	1.285	2.571
RESSACA	8.898	1.346	2.692
Total	53.101	7.273	14.547

Fluxo Bolsa Escola Federal



Fluxo Bolsa Escola Municipal



RELAÇÃO DE BENEFICIÁRIOS - SANTO AUGUSTO

QUINTA-FEIRA, 21 DE JUNHO DE 2001. GERAL O CELEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AUGUSTO INFORMA

Relação dos responsáveis pelas crianças beneficiadas pelo Programa "Bolsa-Escola"

Table with 4 columns listing names of beneficiaries and their responsible parties. Includes names like Adilson Domingos Bueno, Adriana Beatriz Pires Fucini, and many others.

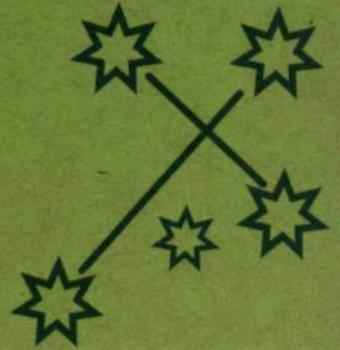
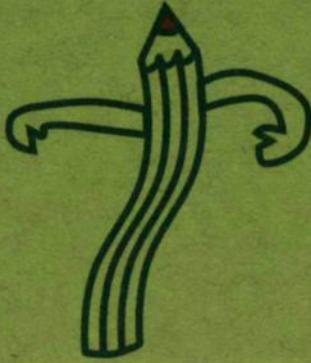
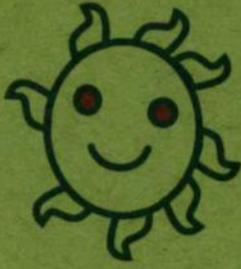
Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto



FALA, BRASIL: 0800-616161
www.mec.gov.br
Secretaria do Programa Nacional de
Bolsa Escola: SGAS Av. L2 Sul, Quadra 607,
Lote 50, 2º andar,
70200-670, Brasília-DF

Capa impressa em 240 g.
Miolo impresso em 90 g.
Reciclato é o papel offset
100% reciclado produzido
em escala industrial no
Brasil, feito de aparas pré-
e pós-consumo.

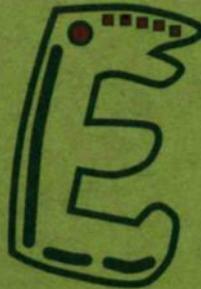
RECICLATO
SUZANO



Apoio:



MINISTÉRIO
DA EDUCAÇÃO



Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)